

002ª SESSÃO ORDINÁRIA – 06FEV2012

(Texto com revisão final.)

O SR. ADELI SELL (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inversão da ordem dos trabalhos para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após, retornamos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Adeli Sell. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Dr. Raul Torelly está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Sebastião Melo.

O SR. DR. RAUL TORELLY: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Vereadoras, Vereadores, todos que nos assistem; este momento de Comunicações é importante, pois é quando o Vereador tem possibilidade de falar sobre alguns assuntos importantíssimos para a Cidade. E eu tenho alguns que gostaria de colocar, a iniciar pela questão da drogadição.

Eu, como médico há muito anos, 32 anos lá se vão agora, estou sempre atendendo a pessoas nos postos de saúde da periferia, e muitas delas, infelizmente, de alguma maneira tendo contato com a drogadição, seja através de familiares, ou o próprio drogadito. Nós, que convivemos nesse meio há tantos anos, não podemos ficar calados com a questão da epidemia do *crack*, que está avassaladora. E é com esse intuito que eu coloquei, aqui na nossa Câmara Municipal, um Projeto de Lei – e hoje isto está sendo discutido nacionalmente – que trata da internação involuntária dos dependentes químicos, dos usuários e dependentes de droga no Município de Porto Alegre.

Não acho que seja mais possível que essas pessoas que já perderam o próprio referencial, que estão, às vezes, pelas ruas, que não têm mais nem família possam ter o seu tratamento postergado. Acredito que seja fundamental agilizarmos esse processo de tratamento com ampliação de leitos e de atendimentos. Nesse sentido, o próprio Governo Federal já sinalizou com uma verba de R\$ 4 bilhões para todo o País. Nós queremos que o Município de Porto Alegre, em seguida, esteja qualificado através dos seus projetos de combate à drogadição para que parte desses recursos possam vir para o Município, e que possamos atender com muito mais qualidade àquelas pessoas que têm problema de dependência química, de drogas, enfim. Precisamos atuar nas nossas comunidades desde a prevenção até o tratamento, mas não com um tratamento qualquer, não apenas com uma desintoxicação breve, feita em 15 ou 20 dias, mandando, depois, a pessoa de volta para seu próprio ambiente. Precisamos ter uma qualificação das comunidades terapêuticas porque é através delas, dos cursos e da qualificação do ensino dentro dessas comunidades que podemos realmente fazer com que aquela pessoa que entrou numa situação de extremo risco para sua saúde, para sua mente possa ser recuperada. Não devemos trabalhar apenas com redução de danos, mas com uma cura real dessa situação que aflige a todos. Hoje, no Rio Grande do Sul, estima-se que 100 mil pessoas são atingidas pela epidemia do *crack*.

Uma outra questão que julgo muito importante é sobre a UPA da Zona Norte, a qual estive visitando. É com felicidade que digo que a obra está praticamente concluída, precisando de alguns retoques ainda para sua entrega, para que a Prefeitura possa, então, agilizar o envio do equipamento para a Unidade, e o Grupo Hospitalar Conceição possa agilizar a questão dos recursos humanos. Isso tudo já está conversado e acordado entre as entidades. Na realidade, a UPA é um grande projeto do Sistema Único de Saúde deste País, que nós precisamos valorizar para que possamos fazer com que aquela pessoa que hoje sai de um posto de saúde e vai, diretamente, por pequenos problemas, até uma emergência hospitalar não tenha mais que percorrer esse fluxo, pois nós sabemos que, em cerca de 90% dos casos, as Unidades de Pronto Atendimento 24 horas – as UPAs – são resolutivas. Então, nós precisamos

estimular para que tenhamos, brevemente, não apenas a UPA da Zona Norte, mas mais três em Porto Alegre. Estamos prevendo uma para a região Humaitá-Navegantes, ali na Av. Farrapos, junto à Rua Dr. João Inácio; outra para a Partenon-Azenha; e a quarta para a Zona Sul, a partir do ano que vem. Estamos trabalhando sempre no sentido de trazer uma Saúde pública mais digna para a nossa população, buscando, através disso, chegar o mais próximo possível de uma utopia que é dignidade e saúde para todos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; o ano passado, o Prefeito Fortunati esteve nesta Casa apresentando as demandas eleitas, priorizadas no Orçamento Participativo de 2011. Ele nos entregou uma pasta – e acho que tem mérito ter nos entregue –, inclusive com um mapa, região por região, da priorização feita, segundo o Prefeito Fortunati, resgatando as obras do Orçamento Participativo que, por muitos anos, ficaram para trás. Eu acho que todos nós recebemos positivamente o anúncio de que ele estaria priorizando o Orçamento Participativo, anunciando que, em cada região, teriam sido recuperadas obras de vários anos.

Eu entendo, Srs. Vereadores, que esse tem que ser um dos instrumentos de trabalho da nossa Câmara Municipal, Ver. Todeschini. Principalmente na área em que atuo mais, na área da Educação, eu pretendo rodar a Cidade e verificar como andam as obras do Orçamento Participativo, se as obras que foram priorizadas foram, de fato, obras que a população, durante anos, buscou por meio desta ferramenta que eu considero a melhor inventada nas últimas décadas para ampliar a democracia.

E hoje, então, eu começo apresentando. Na sexta-feira, eu estive no bairro Glória para verificar a construção da Escola de Ensino Fundamental Canudos-Embratel, que é uma prioridade da comunidade não do ano passado, mas de 2009, de 2010, de 2008, uma escola que vai ficar lá na Av. Prof. Oscar Pereira, antes do Parque Belém, cujo terreno já está comprado, e foi uma luta para

comprá-lo. (Mostra fotografia.) Aqui está o terreno, com lixo, infelizmente, com restos de construção civil, infelizmente, mas sem nenhum sinal de obra. Consta neste Caderno entregue no ano passado o levantamento topográfico, portanto, no início do ano passado estava pronto, e consta que os projetos especiais seriam realizados, os projetos especiais, não o projeto padrão, por conta da área que é muito bonita. Por que insisto em falar na Escola Canudos-Embratel? Porque a Escola Oscar Pereira, que é a única lá na Oscar Pereira que atende às crianças, está superlotada. Para vocês terem uma ideia, na Creche AAGMAES, cujas crianças, inclusive, estiveram conosco, de 12 crianças prontas para o 1º ano, apenas duas conseguiram vaga na escola perto de casa, para onde podem ir a pé. Dez crianças de seis anos, só de uma creche, terão que pegar ônibus! Essas são as crianças que foram visitar o terreno, seus pais lutaram muitos anos, e elas terão que pegar ônibus aos seis anos de idade para ir à escola. (Mostra fotografia.) Portanto, essa escola é estratégica, é uma escola que sabiamente a comunidade colocou no Orçamento e deveria estar em construção, no mínimo, porque ela não só não é do ano passado, como foi anunciada pelo Prefeito Fortunati.

A outra demanda deste Caderno do Orçamento que eu quero referir também diz respeito a escola, mas esta, Ver. Oliboni, eu queria chamar atenção de V. Exa. para o fato de que é no Morro da Cruz. Esta é uma obra de 80 metros, numa rua que se chama Saul Constantino, nº 100, bairro São José. É uma demanda priorizada em primeiro lugar em 2009, em primeiro lugar em 2010 e não está – pasme, Todeschini – nas obras que foram priorizadas novamente em 2011. E essa escola é uma escola totalmente acessível. O Sr. Alceu Collares, convidado por mim, quando Secretária, foi inaugurar, é uma escola que tem rampas, e a sua frente - gostaria que V. Exas. olhassem (Mostra fotografia.) - tem 80 metros acidentados, com barro. E há crianças cadeirantes. Essa escola foi priorizada pelo OP, em 2009 e 2010, em primeiro lugar. Não consta em 2011, não há projeto, e o Governo não tem perspectiva de realizar. Então, senhores, a vigilância acontecerá.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente.

O Ver. Toni Proença está com a palavra em Comunicações.

O SR. TONI PROENÇA: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, ontem, sobrou um tempinho no fim da tarde, Ver.^a Sofia, e eu fui ao cinema assistir a um filme chamado O Artista, um filme que se passa no fim dos anos 1920 e início dos anos 1930, um filme mudo, em preto e branco. A síntese da história do filme é a dificuldade de readaptação de um artista do cinema mudo quando o cinema passa a ser falado. Trago a lembrança dessa história, porque estive, na sexta-feira da semana passada, em uma formatura, no bairro Cristal, da primeira turma de alunos de um curso de aproveitamento dos resíduos sólidos da construção civil para a fabricação de blocos e bloquetes para a construção civil, curso esse administrado pela ONG Solidariedade, em parceria com a comunidade do Cristal e muitos militantes do Orçamento Participativo. Esses 16 alunos que se formaram multiplicarão esse curso pela Cidade.

Por que falo isso? Nós temos, em Porto Alegre, uma Lei que proibirá carroças e carrinhos, em um determinado momento, e nós temos que readaptar uma legião de trabalhadores e trabalhadoras que vivem da catação, que vivem da triagem do lixo, através do trabalho com carroças e carrinhos, e é preciso readaptar essas pessoas a uma nova atividade econômica, a uma nova atividade de geração de trabalho e renda, por isso lembrei do filme. Se havia lá, então, a dificuldade de uma pessoa, com todas as condições, se readaptar a uma nova realidade, imaginem vocês os carroceiros e carrinheiros diante dessa dificuldade.

Nós temos que nos debruçar, em Porto Alegre, na capacidade, na atividade e na iniciativa de readequar, recapacitar essas pessoas, essa legião de homens e mulheres que hoje vivem da catação e da triagem do lixo de Porto Alegre.

Diante disso, apresentei nesta Casa um Projeto de Lei que trata do lixo eletrônico, que são todos os equipamentos que advêm da Informática: computadores, visores, impressoras, teclados, todos eles carregados de metais

pesados que terminam nos lixões, poluindo a natureza. Esses objetos são perfeitamente passíveis de se transformarem em objetos de capacitação, como, por exemplo, uma experiência bem sucedida aqui no Cesmar, no Timbaúva, na Província Marista, que não só qualifica jovens para trabalhar na Informática como recupera e recondiciona computadores e entrega a entidades como creches, telecentros, associações de moradores, e, mais do que isso, gera renda através da revenda das peças depois da desmontagem desses equipamentos. Hoje já existe um grande mercado para isso. Esse Projeto tramita nesta Casa. Muito em breve, vira à votação neste Plenário. Conto com a parceria e a diligência de todos os Vereadores para debater esse Projeto e, mais do que isso, para aprová-lo, pois é uma forma de capacitar homens e mulheres de Porto Alegre para uma nova atividade, gerar trabalho e renda e não poluir a natureza através do descarte desses materiais nos lixões da Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Elias Vidal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ELIAS VIDAL: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu quero fazer um comunicado a esta Casa que muito me alegra. Eu gostaria de ter a atenção desse grupo de Vereadores: da Sofia Cavedon, do Brasinha e do meu querido Secretário dos Esportes, Ver. João Bosco, amado. A V. Exa., que é do esporte, eu quero dar uma notícia em primeira mão: há trinta e seis anos eu sonhei correr a São Silvestre; corri, com dezoito anos, em Porto Alegre e ganhei uma medalha; depois, nunca mais corri, e aí, há seis meses, voltou o sonho de querer correr. Treinei por seis meses, Vereador e Secretário João Bosco. Olhem a medalha linda que ganhei, com uma hora e cinquenta minutos, na São Silvestre, em São Paulo! (Mostra medalha.) Correr a São Silvestre, em São Paulo, era um sonho que eu acalentava. Todas as vezes, quando eu via a largada na São Silvestre, eu, no fundo chorava, porque pensava: mais um ano, mais cinco, mais dez, mais vinte, mais trinta, trinta e seis anos, e agora eu já sou uma pessoa com uma

certa idade, por certo não vou poder realizar o meu sonho. Aí fui para os treinos - o que foi muito difícil - e comecei a treinar sozinho, na beira do Guaíba. Foram seis meses de treinamento: comecei com um quilômetro e meio, dois, três, cinco quilômetros, dez quilômetros, quinze quilômetros, e bati o recorde, com vinte e três quilômetros. Aí eu tinha que dar à velocidade resistência, e comecei a subir o Morro Santa Tereza, subi várias vezes. Ontem, eu fiz vinte e quatro quilômetros de bicicleta, dez correndo, e meio quilômetro de natação; e duas vezes no dia eu ainda fiz academia de rua.

Estou me sentindo muito bem. Quero dizer que eu vi uma reportagem de um homem de quase setenta anos na televisão e isso me animou. É possível que alguém que esteja me assistindo na televisão possa pensar: “Já estou velho demais para resgatar um sonho, para tirar o pó de cima de um sonho esquecido, de um sonho nocauteado”, mas eu tirei do fundo do baú esse sonho, e está aqui: uma hora e cinquenta minutos, e podia ter feito em menos tempo, poupei tempo porque disseram que tinha muita ladeira, é muito longo; poupei energia, mas podia ter feito em uma hora e meia.

Para completar, senhores, a nossa equipe levou o material referente à campanha Brasil sem Dengue, com fantasias de mosquito da dengue. Das centenas de fantasias que havia em São Paulo, com todo o respeito, a fantasia que saiu do Rio Grande do Sul foi a que mais chamou a atenção. Está aqui. (Mostra fotografias.) A Rede Record, o programa Globo Esporte da TV Globo e o jornal UOL registraram o nosso trabalho. Além de fazer muito bem para a nossa saúde, o evento serviu para levarmos uma mensagem do Rio Grande do Sul, da Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

Eu gostaria de ver na próxima edição da São Silvestre alguns Vereadores e Vereadoras correndo junto comigo, porque eu tenho certeza de que o coração, a circulação e a cabeça - e nós temos médicos aqui - funcionam muito melhor quando se faz exercício. Que Deus nos abençoe! E que na próxima tenhamos um grupo de corredores da Câmara Municipal de Porto Alegre. Muito obrigado. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. João Bosco Vaz, nosso dinâmico Secretário Municipal da Copa, está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Idenir Cecchim.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Sras Vereadoras e Srs. Vereadores, estou retornando a esta Casa hoje - e vou conviver esta semana com os companheiros Vereadores e as companheiras Vereadoras - para tentar construir uma saída para a aprovação dessa lei para adequar Porto Alegre às novas tecnologias. Nós estamos preocupados com isso. Não é só para a Copa do Mundo: é uma questão que vai ficar para a Cidade.

No dia 20, a Anatel fez o chamamento público para a instalação do 4G nas 12 cidades-sede. No mês de abril, a Anatel vai colocar na rua o edital para a empresa que vai se habilitar a instalar o 4G nas 12 cidades-sede; a Presidente Dilma já liberou R\$ 200 milhões para a instalação do 4G em Porto Alegre, mas não adianta instalar a geração 4G em Porto Alegre se não tivermos avanços e não adequarmos a Cidade às novas tecnologias. Essas ERBs que aí estão, as estações de radiobase, esses contêineres, esses paliteiros, são de dez anos atrás, estão ultrapassados; são do tempo em que o telefone celular era um tijolo, era analógico. Hoje, o telefone celular é digital e tem uma irradiação menor que a do forno de micro-ondas. Imaginem, na Copa, 500 jornalistas, transmitindo imagens e áudio, televisão e rádio, para o mundo todo; os jornalistas com as redes sociais, e os turistas com redes sociais em seus celulares! Agora, nós tivemos o Fórum Social Temático, e as telecomunicações não funcionaram. Tivemos o jogo Once Caldas e Internacional, e os nossos colegas jornalistas não conseguiram conectar do Estádio do Beira-Rio os seus *notes* com as suas redações; semana passada quando a Câmara recomeçou os seus trabalhos, o André Machado, da rádio Gaúcha chamou a Roberta Pinto, mas a ligação caiu; chamou o Felipe Chemale, de outro ponto, também caiu a ligação; chamou o Paulo Rocha, da estrada, e a ligação caiu. Então, precisamos melhorar esse sinal, que é horrível. Aqui nesta Casa, o Ver. Adeli Sell reclama disso seguidamente.

Há um Projeto do Ver. Airto Ferronato, e eu venho ajudá-lo na construção desse Projeto, que está aberto a sugestões. O Ver. Beto Moesch, que é um

militante na causa ambiental, está com o Ver. Aírto Ferronato trabalhando sobre esse assunto. Pessoal, o que não se pode é projetar um grande evento, como agora tivemos o Fórum Social Temático, como teremos em 2013 o Campeonato Mundial de Atletismo em Porto Alegre, vamos ter a Copa do Mundo, e não termos telecomunicações. Esses eventos todos e outros que Porto Alegre vai receber serão um fracasso sem a telecomunicação. Hoje, todo mundo tem rede social em seus celulares; todos trabalham com o seu *laptop*, todos têm um *tablet* para poder se comunicar. Agora, não adianta ter esse equipamento - e eu vejo o Presidente Haroldo de Souza, que já fez onze Copas do Mundo e sabe das dificuldades de se querer transmitir um jogo de futebol - e não se ter condições em função da falta de telecomunicações. Vou repetir: nós estamos esperando em Porto Alegre, dependendo dos jogos na Copa, de 400 a 600 jornalistas! E todos com as redes sociais e seus celulares; todos com computadores portáteis, com imagens e áudio, rádio e TV, para o mundo todo, e nós não podemos pecar por essas pequenas coisas! Nós precisamos adequar Porto Alegre às novas tecnologias. No lugar desses contêineres, desses paliteiros que aí estão, uma anteninha no topo de um prédio ou no topo de um poste resolve toda essa situação.

O Projeto está aí, já teve parecer favorável do Ver. Adeli Sell, e está aberto a sugestões. Nós precisamos agilizar, para quando sair o edital da Anatel, em abril, para a implantação do 4G, a quarta geração, em todas as cidades-sede, que Porto Alegre, até o final do ano, já esteja livre para se adequar e estar preparada para receber as novas tecnologias.

Muito obrigado, colegas Vereadores e Vereadoras. Vou ficar esta semana aqui tentando construir uma alternativa para que se possa, com segurança, respeitando o meio ambiente, aprovar este Projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores presentes, nossos telespectadores e

ouvintes aqui da nossa cidade de Porto Alegre. Primeiramente, quero fazer o registro da importância da presença do Ver. João Bosco Vaz entre nós, o nosso estimado Presidente da Secretaria da Copa, daqui de Porto Alegre. Quero cumprimentá-lo pela estada aqui e até agradecer este gesto, este ato, e dizer que eu apresentei um Projeto, só que esse Projeto não é meu. Esse Projeto foi encaminhado por uma discussão que travamos na Comissão da Copa daqui da Câmara. Claro que temos Vereadores, da própria Comissão, favoráveis ao Projeto e também temos Vereadores que são contra o Projeto. Isso faz parte da disputa democrática. Eu tenho ouvido algumas vozes que são contrárias ao Projeto que viabiliza a implantação do 4G aqui em Porto Alegre. As manifestações falam, meu caro Dr. Raul, da Lei que existe hoje, que seria a melhor Lei do País. E nós não estamos aqui para revogar a Lei, que é, sim, uma boa Lei. Agora, nós não podemos compreender e admitir que, para as telecomunicações, uma Lei de dez anos atrás não necessite ser modificada. Os avanços tecnológicos nesta área, em dez anos, ocorreram e correm todos os dias numa velocidade, que todos nós sabemos, bastante grandes. É por isso que precisamos, sim, alterar a Lei em Porto Alegre, em razão dos grandes eventos que se avizinham. Mas não só por isso, para melhorar os serviços para o cidadão de Porto Alegre. E é claro que nós vamos manter aquela ideia do princípio da prudência: para nós, é sagrado o respeito ao meio ambiente e a atenção especialíssima à saúde do cidadão de Porto Alegre. Portanto, nós precisamos disso, com esses cuidados.

Eu quero concluir citando um exemplo: o Secretário Substituto do Governo do Estado, que esteve conosco, o Pinheiro, ex-Vereador de Porto Alegre, chegou falando sobre a implantação, a instalação, em Porto Alegre, de um sistema de segurança monitorado e eletronicamente construído. Não haverá essa implantação se não trouxermos a Porto Alegre modificações no sistema de telecomunicações. E queremos, então, registrar que aguardamos as emendas que estamos construindo para aprovar esse Projeto. Obrigado, um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Estão suspensos os trabalhos por um minuto, para que possamos verificar um pequeno problema aqui no nosso terminal, que custou caro, mas não funciona!

(Suspendem-se os trabalhos às 14h38min.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): (14h39min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Luiz Braz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. LUIZ BRAZ: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, o Ver. João Bosco Vaz nos dá uma grande satisfação de voltar a este Plenário e, como Vereador, vir aqui defender uma matéria que eu acredito que será extremamente polêmica não apenas para nós, Vereadores, mas para todos os setores da sociedade, porque está todo o mundo envolvido nesta grande polêmica, que são as estações de radiobase.

Nós estávamos aqui, e o Ver. João Bosco também estava, quando o Ver. Juarez Pinheiro submeteu, pela primeira vez, esse Projeto Lei a este Plenário, fazendo com que nós, Ver. Idenir Cecchim, tivéssemos a nossa atenção voltada para aspectos da saúde que poderiam estar sendo prejudicados por causa das frequências emitidas por essas estações de radiobase. O Projeto não era da lavra do Ver. Juarez Pinheiro, que passou por este Plenário, muito embora ele fosse um Vereador de muita qualidade, e nós fomos amplamente convencidos porque o Projeto vinha de estudos técnicos realizados por equipes ligadas a universidades e que traziam aqui, Ver. Haroldo de Souza, que está na presidência dos trabalhos, dados extremamente importantes, que foram estudados e levados a sério por todos os Vereadores que aprovaram o Projeto submetido a este Plenário pelo Ver. Juarez Pinheiro. Ora, Ver. Todeschini, eu não conheço nenhum estudo diferente daquele que foi realizado e apresentado aqui pelo Ver. Juarez Pinheiro. Todos os estudos que existem hoje estavam concentrados, Ver. João Dib, exatamente naquele Projeto que votamos aqui,

que era de autoria do Ver. Juarez Pinheiro, e que, tecnicamente, era amparado por estudos feitos por universidades. Este Projeto, se não me engano, está agora conosco na Comissão de Constituição e Justiça. Eu acredito que nós só poderemos votar um Projeto deste naipe, com relação às colocações de estações de radiobase, se nos mostrarem estudos avançados que mostrem que aquilo que foi votado aqui e apresentado pelo Ver. Juarez Pinheiro, na verdade, foi um engano desta Câmara, quando votou aquela matéria; que aqueles estudos não eram verdadeiros, eram falsos. Então, nós podemos votar agora outros estudos que possam realmente, Ver. Nilo, nos dar a garantia de que, se nós autorizarmos as companhias telefônicas - que sempre engolem toda a sociedade - para colocar mais estações de radiobase, nós não estaremos atentando contra a Saúde pública.

Eu não voto nada se eu não tiver um estudo definido e que contrarie aquele estudo inicialmente feito aqui, consubstanciado naquele Projeto de Lei que foi apresentado pelo Ver. Juarez Pinheiro. Eu acho que seria um contrassenso por parte dos Vereadores, e seria uma irresponsabilidade nossa se nós votássemos aqui qualquer coisa que não tivesse a comprovação daqueles estudos, Ver. João Bosco Vaz, que sabe que eu lhe tenho um carinho e uma consideração muito grande. Mas nós não podemos, como Vereadores, votar aqui qualquer coisa com relação a essas estações de radiobase sem os estudos comprobatórios de que realmente aquilo que estava lá atrás não era real. E aí, meu Deus do céu, eu vou me julgar enganado, porque eu votei em alguma coisa que era o estudo da universidade, não era meu! E eu também tenho certeza absoluta de que não era nem do Ver. Juarez, mas o Ver. Juarez era o dono do Projeto, e ele apresentou, aqui nesta Casa...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. LUIZ BRAZ: ... Mas dez anos atrás... Mas eu quero ver o que é que está... Vereador João Bosco, eu quero ver o que... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Conforme o acordo firmado hoje na reunião de Líderes, o tempo é de cinco minutos, nobre Vereador. Eu não posso fazer mais nada, porque senão eu abrirei uma exceção. Encerrado o seu tempo de cinco minutos, nobre Vereador e querido amigo.

Como não temos inscritos para liderança, vamos voltar às Comunicações.

O Ver. Waldir Canal está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; colegas Vereadoras e Vereadores, senhoras e senhores, eu quero aproveitar este debate de hoje para tratar sobre o tema do planejamento municipal, ou a falta de um planejamento estratégico no Município de Porto Alegre. E faço essa referência principalmente para trazer o tema aqui, para que nós possamos fazer com que Porto Alegre se reencontre numa Cidade que seja sustentável, que seja uma Cidade com orientação para o futuro, que seja uma Cidade que inclua, que seja rica, que gere e distribua a sua riqueza, pois Porto Alegre tem perdido a capacidade de um planejamento estratégico.

E o tema que trazia aqui o Ver. João Bosco Vaz mostra que Porto Alegre tem que estar lincada com a compreensão de uma cidade que evolua no tema da tecnologia da informação e comunicação; e, até mesmo para fazer o debate, Ver. Todeschini, saber se essas tecnologias realmente superaram os possíveis riscos à saúde humana ou não. Então, este é o fórum adequado.

Hoje, pela manhã, Ver. Dib, a nossa Comissão de Direitos Humanos fez mais uma rodada nesta Casa para resolver um conflito que ocorre em Porto Alegre,

sobre a ocupação de uma área pública do Município, com 27 hectares, lá na Estrada Retiro da Ponta Grossa, Ver. Elói Guimarães. Nos últimos dez dias, convergiram para lá 560 famílias, com uma decisão judicial para a reintegração. Portanto, é uma responsabilidade nossa. E, aqui, quero cumprimentar os Vereadores que participaram conosco, pela manhã, do debate: Ver. Mario Fraga, Ver. Toni Proença, Ver. Nelcir Tessaro, Ver. Luciano Marcantônio, Ver.^a Sofia Cavedon, que lá estiveram com o Comando-Geral da Brigada Militar, com a Governança Local, com o DEMHAB, com o Fórum de Planejamento da região e com os representantes dos ocupantes da área.

E o que temos dito? Que não dá para uma cidade não tratar um tema como este; além da necessidade do cumprimento da Lei, é também um problema social, e nós devemos verificar quais os problemas que existem. Vejam só! Que sejam feitas desocupações pacíficas, e que isso resulte num projeto para a Cidade, um projeto que seja democrático, um projeto que inclua.

Vou trazer, aqui, a conclusão dessa etapa, porque amanhã à tarde, às 14 horas, estaremos novamente reunidos, porque a agenda propositiva se constituiu. Foram trazidos seis itens, colocados na mesa, e nós estamos tratando de item por item. O primeiro deles, na alegação de muitos que lá estão, é que eram pessoas que recebiam aluguel, ou bônus-moradia; foi interrompida essa relação com o Poder Público Municipal e ficaram desprotegidas. Portanto, nós buscamos que sejam identificadas quais são essas pessoas, e o Município assumiu o compromisso de verificar esse problema.

O segundo, são pessoas que estavam lá no Santa Mônica e foram levadas ao Lami há sete anos, com o compromisso de serem reassentados pelo Município em quatro, cinco meses, e lá permanecem até hoje.

No bairro Serraria, o Programa Socioambiental retirou das suas prioridades 250 famílias que estavam em área de risco, e lá há representantes reivindicando que o Município apresente a solução definitiva para esses moradores. Portanto, nesse contexto todo, há um conjunto de pessoas que estão inscritas no Minha Casa, Minha Vida. E o que vem acontecendo, segundo os relatos trazidos, nos dois primeiros empreendimentos que foram ocupados lá na Zona Sul, o Camila e o Repouso do Guerreiro, é que um grande número de famílias que os ocupou

não é da região: estão sendo deslocadas da região norte, da região leste, do Partenon e outras. E aí, sim, há uma reivindicação do Fórum do Planejamento, e defendemos esse conceito de que o Minha Casa, Minha Vida, quando for construído em uma região, tem que ser para priorizar aquelas pessoas da própria região, que estão inscritas, porque senão, com isso, nós ocasionaremos um descompasso nesse tema do planejamento.

O Sr. Nilo Santos: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Engenheiro Comassetto, nós vamos começar o ano bem. Na realidade, sobre essa ocupação que houve lá na Estrada Retiro da Ponta Grossa, eu não sei quando o senhor esteve lá, mas ninguém que tem uma caminhonete Hilux necessita ocupar uma área, ninguém. Muitos carros bons, tanto que a Justiça já deu a reintegração de posse para a Prefeitura. Nós não podemos apoiar nenhum tipo de ocupação, principalmente esse tipo de movimento que parece ser mais político do que qualquer outra coisa, porque gente que tem uma caminhonete Hilux não precisa invadir uma área da Prefeitura. É um desaforo e um crime isso que estão fazendo lá. Obrigado.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Ver. Nilo Santos, eu fui procurado, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, no último dia do recesso, e, no primeiro dia após o fim do recesso, nós fizemos uma reunião nesta Casa, quando nos situamos a respeito do problema. Em qualquer sociedade e em qualquer movimento, há sempre os oportunistas. Eu fui lá no domingo, e, dentro daquela comunidade, há muita crianças, muitas pessoas necessitadas; agora, nós não vamos proteger ninguém que queira ser grileiro ou que queira fazer uso da estrutura pública. Ao mesmo tempo, se há alguém que tem poder econômico, que está usando as pessoas, não podemos aceitar que essas pessoas sejam usadas sem haver uma política pública municipal. Esse foi o debate de hoje de manhã. Eu o convido para a reunião de amanhã, às 14h, na Comissão de Direitos Humanos. Hoje o Município esteve junto, acolheu a agenda e assumiu o compromisso de trazer, amanhã, um conjunto de respostas para dar continuidade, e aqueles que têm direitos serão acolhidos. Aqueles que são oportunistas, Ver. João Carlos Nedel, sabem que não temos

por princípio proteger pessoas que queiram se utilizar dos próprios públicos ou daquelas pessoas que precisam.

Então esse é o debate, Ver. Nilo Santos, e quero lhe dizer que o problema persiste. Nós temos 126 vilas irregulares só no Extremo-Sul e precisamos regularizá-las, dar continuidade para que essas pessoas tenham direito a dignidade.

A Sr.^a Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Engenheiro Comassetto, eu apenas faço registro do equilíbrio e da sabedoria com que V. Exa. está encaminhando este tema tão complexo, porque não bastava virar as costas e dizer que não poderiam ocupar ali. São 700 famílias, hoje elas apresentaram um documento bastante objetivo que eu acho que mostra a seriedade do movimento e onde eles apontam quais são as obras que deveriam ter saído - e que estão atrasadíssimas - lá na região sul. Eles são uma parte das pessoas que vão se beneficiar e que vêm de áreas inundadas e com vários problemas, e identificam-se só 70 famílias que não têm onde ficar.

V. Exa. está conduzindo muito bem com o conjunto da Comissão, sou testemunha, com um belo diálogo entre todas as instituições. Eu acho que o Governo deve, sim - e se comprometeu hoje pela manhã -, fazer um comparecimento aqui e esclarecer todos os critérios e quem está ocupando as vagas do Programa Minha Casa, Minha Vida, porque a Cidade tem muitas dúvidas. É óbvio que uma região com tantas demandas questione, se não sabe exatamente quem está sendo beneficiado.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Dentro desse trabalho que estamos realizando, Ver. Raul, nós estamos, sim, ouvindo as partes, e hoje o Governo esteve aqui, através da governança local, e levou a agenda. Neste momento, às 15h, estão reunidos no Comando do 21º Batalhão, na Restinga, fazendo todas as tratativas entre os órgãos públicos, para saber o que é necessário na reintegração de posse. Estamos acreditando, sim, Ver. Reginaldo Pujol, que, com o diálogo, a gente consiga resolver conflitos de terra também, que aqueles que estão ocupando lá assumam o compromisso de sair pacificamente da

área, desde que algumas demandas já assumidas pelo Poder Público sejam apresentadas num processo de diálogo.

O Sr. Nilo Santos: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Comassetto, eu sugiro que esse assunto seja levado para a Comissão a que compete tratar dessas questões, que é a CUTHAB, da qual o senhor é membro. O senhor é membro e, ao mesmo tempo, desvaloriza a sua própria Comissão! Então, vamos parar... Nós não vamos aceitar esse tipo de movimento, e estarei atento também, lá dentro, para identificar eventuais assessorias de Parlamentares que estejam movimentando aquela massa. Obrigado.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Ver. Nilo Santos, eu não estou entendendo a sua preocupação e o seu equívoco. Primeiro, esta é uma Casa política. Se as comunidades procuram as Comissões, trazem as demandas, elas assumem o compromisso, mérito de quem trabalha; sobre Comissão de Direitos Humanos, direitos humanos significa a compreensão de Cidade. O que é uma cidade que inclua? Cidade que inclua é uma cidade que tenha saúde, é uma cidade que tenha trabalho, é uma cidade que tenha moradia, é uma cidade que tenha educação, é uma cidade que busque a integração da pessoa como cidadã, o que sempre foi a nossa orientação, e nunca nos negamos a compartilhar o trabalho com todos os colegas desta Casa, inclusive da CUTHAB, que ajudei e em que trabalhei por muito tempo. Mas esse não é o problema, e já o convido para, amanhã, às 2h da tarde, outra reunião que vai haver para possivelmente selar o acordo da desocupação.

Este tema tem uma decisão judicial, reconhecemos o Poder Judiciário e está-se correndo contra o tempo para alcançar uma solução, Ver. Nilo, mas nós temos opiniões diferentes sobre os direitos dos cidadãos, esse é o problema, e esse debate nós podemos fazer na política. Agora, não venha o senhor querer dizer o que a minha Comissão tem que fazer, por favor. Eu o estou convidando para integrar o trabalho, estamos bem encaminhados nesse trabalho. A Comissão de Direitos Humanos, na sua totalidade, está participando. E veio no final do recesso, em que esta Casa não estava funcionando, com uma ação de

despejo. As pessoas procuram as referências que possuem, e assim chegou até a nossa Comissão. Eu fui lá no domingo, percorri aquilo lá, a área é imprópria para ser ocupada, porque é um banhado às margens do arroio do Salso, aquilo alaga. Inclusive digo mais: a comunidade já reivindica aquela área para fazer um parque para a região, e nós vamos trabalhar nesse sentido.

O Sr. Paulinho Rubem Berta: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Agradeço pelo aparte que V. Exa. me concede, mas gostaria de dizer ao senhor que fiquei muito triste mesmo, hoje, ao tomar conhecimento de que estava existindo essa reunião na CEDECONDH. Durante três anos, à frente da CUTHAB, nós trabalhamos juntos e buscamos sempre os mesmos objetivos. E, como sei que o senhor é um homem ético, acredito que não tenha se dado conta de que poderia, no mínimo, telefonar para o Presidente da CUTHAB e dizer: “Olha, está existindo uma ocupação, fomos procurados na CEDECONDH e gostaríamos de ter o Presidente e os membros da CUTHAB me acompanhando na minha região, para que nós possamos interceder por essas famílias que estão desabrigadas”. Isso nós poderíamos fazer em parceria. Mas está bem, nós vamos aceitar e ficaremos, da próxima vez, esperando que o senhor tenha por postura nos ajudar. Não estou dizendo que o senhor não faça o seu trabalho como Vereador.

Nesta Casa, a CUTHAB foi construída para tratar da moradia.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Ver. Paulinho, a fome é coisa do homem, a fome não espera. As pessoas nos procuraram, e esta Casa estava em recesso; então mude o Regimento desta Casa para que os Vereadores possam trabalhar no recesso.

O Sr. Paulinho Rubem Berta: Esta Casa nos cedeu um celular, e é só ligar para ele que nós, onde estivermos, seremos encontrados. Muito obrigado, e desculpe-me a expressão.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Eu não vou entrar nessa agenda, porque a Cidade não para, e os problemas da Cidade estão aí. Nós, os seis Vereadores da Comissão, estamos trabalhando nisso.

Amanhã, às 14h... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, é com muita alegria que venho a esta tribuna, mesmo depois do vexame de ontem - aquele empate, não é Ver. Pedro Ruas? -, mas é preciso se adequar e voltar ao dia a dia.

Vereadores Nilo Santos e DJ Cassiá, eu acho engraçadas as coisas que acontecem nesta Cidade, as coisas que debatemos no dia a dia. Há alguns que, às vezes, tentam ganhar “na boa”, Ver. Todeschini, propondo-se a ser o pai da criança. Olha, não vou citar nome, mas, lá na Estrada Costa Gama, onde está sendo feita aquela obra da OAS – na qual muita gente bate e bate –, há um Vereador que foi pedir o bônus, dizendo que foi ele que levou e proporcionou essa obra. Se há um Vereador que fala intensamente dessa obra, sobre todas as compensações que acontecem na Cidade, é o Ver. Reginaldo Pujol - além de mim -, sobre tudo que é ligado à Arena do Grêmio.

Claro que estão acontecendo várias compensações na Cidade. Por exemplo, lá na minha vila, que é a melhor vila de Porto Alegre, como costume dizer, a Vila do IAPI, está sendo revitalizado Parque Alim Pedro, Ver. Toni Proença, que foi acertado junto com o Prefeito Fortunati. Eu fui um dos primeiros, junto à Diretoria da OAS, a pedir que fosse para lá essa demanda, e já está aparecendo mais gente dizendo que levou isso para lá! Está aparecendo mais gente, Ver. Elói! Aparecem, mas nem sabem como é que foi a negociação. Há gente ainda que quer discutir a compensação da obra da Arena do Grêmio. Há Vereador que está pensando em discutir, só que várias compensações já estão sendo feitas, colégio pronto, praças prontas, e ainda querem discutir. Eu e o Ver. Reginaldo Pujol, junto com o Ver. Elói, que é do IAPI, sempre fizemos intensamente esse debate.

Quando começou o debate sobre a Arena, lá no nosso Conselho do Grêmio, já estávamos debatendo esse assunto. O Ver. Pedro Ruas também, que é Conselheiro do Grêmio, junto com o Ver. Luiz Braz. Agora que está saindo, aparecem os pais da obra, Ver. João Bosco Vaz. Há gente pedindo para ser o pai da criança, lá no Círculo Operário, aquela obra bonita, que a Empresa OAS está fazendo na Costa Gama. Aí, meu amigo João Bosco Vaz, que foi Secretário do Esporte e que eu sei o quanto fez pela Cidade, conhece o Alim Pedro muito bem, quando o Prefeito Fortunati assumiu, eu fui o primeiro a pedir que a compensação fosse para o Parque Alim Pedro. Agora aparecem pessoas dizendo que foram eles que pediram para o Prefeito! Devem ser Vereadores fantasmas! E começam a dizer que pediram.

O Cássio trabalha muito pela Cidade, Ver. João Bosco Vaz, é um Secretário extraordinário. O Cássio, o Cappellari, o Carlos Cruz, a Cleci, são pessoas que trabalham! Eu estou muito satisfeito, porque trabalho pela cidade de Porto Alegre, trabalho com o Prefeito, que quer ver Porto Alegre crescer; não é alguém que quer ver Porto Alegre regredir. Vejo, hoje, no jornal Zero Hora, que a Deputada começou a visitar as vilas, Ver. Pedro Ruas, para saber quais são as demandas. Isso não precisa, é só querer andar. Nós andamos todos os dias, não é Ver. Pedro Ruas? Todos os dias. E aí, aparecem os candidatos flutuantes que vêm e querem tudo para eles. Eu quero dizer para os senhores que o meu querido Prefeito Fortunati vetou o meu Projeto dos banheiros, e eu quero pedir aos senhores que derrubem o Veto, porque não é possível pagar para ir no banheiro. Não é possível... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Paulinho Rubem Berta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PAULINHO RUBEM BERTA: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o Orçamento Participativo na nossa Cidade é um instrumento, uma ferramenta, para que as comunidades, principalmente as mais carentes, possam dizer a Porto Alegre e à

administração que no momento estiver no poder o que mais precisam: se é saneamento básico, se é uma creche, se é pavimentação de uma rua ou se é um posto de saúde. E a comunidade se organiza; até por falta de estrutura própria é muito dificultoso para a própria comunidade se organizar. O cidadão que trabalha das 7h às 17h, 18h da tarde é difícil chegar do trabalho, muitas vezes de um trabalho pesado, se organizar, tomar seu banho e conseguir ir para o Orçamento Participativo, que geralmente começa às 19h30min.

Ver. Lúcio, não é fácil participar do Orçamento Participativo. As pessoas pensam que é uma barbada, mas não é fácil mobilizar a comunidade, levar para o Orçamento pessoas que trabalham o dia todo. Alguns são vendedores, mas outros carregam sacos de cimento de 60 quilos durante o dia todo, estão cansados, são carpinteiros, marceneiros, pedreiros, que vão para o Orçamento Participativo tentar buscar, muitas vezes, eliminar o esgoto a céu aberto na frente da sua casa. E depois de muita luta, quando se consegue essa vitória, é uma vitória desse cidadão que sai dali, que no voto contra outras comunidades, consegue gravar no caderno do Orçamento Participativo. O cidadão diz, quando grava e chega na sua comunidade e às suas lideranças, que a comunidade conquistou no Orçamento Participativo a sua obra. Por isso, na semana passada ou retrasada, eu estive aqui e disse que a comunidade da Eixo da Baltazar agradecia pela recuperação das obras do Orçamento Participativo.

Mas eu quero contar uma história para vocês. Há mais de cinco anos os moradores do Jardim dos Coqueiros foram ao Orçamento, e eu tenho orgulho e agradeço àquele povo em me convidar para participar com eles para defender a sua bandeira. São em torno de 150 famílias que vivem dentro do arroio do Passos das Pedras. Ver. Elói, essas pessoas se organizaram, saíram a pé do Jardim dos Coqueiros, foram para o Centro Vida - era no mês de junho, chovia que Deus mandava, frio, vento -, muitas senhoras com uma criança no braço e outra pela mão batalhando isso. Conquistaram, e lá eles foram, gradativamente, todo ano juntando uma parcela de recurso dentro do caderno do Orçamento Participativo para que pudessem sair de dentro do arroio. Conquistaram a compra da área na Av. Manoel Elias, Ver. Mauro, o senhor conhece muito bem isso. Conquistaram o direito no caderno do OP,

conquistaram! E, por uma questão ideológica, política e partidária, agora mandaram ocupar a área, depois de conquistada, Ver. Pujol. Briguei com o Dr. Goulart, no bom sentido, que a área que seria destinada aos moradores do IPE, na Glória, era do Jardim dos Coqueiros, e o Diretor foi sensível, humano, entendeu que aquela área estava dentro do Orçamento, comprada com recursos, batalhada, conquistada pelos moradores do Jardim dos Coqueiros. E agora fizeram uma batalha campal política! Vereador, vá lá para ver. Agora começou a indústria das invasões porque tem eleição este ano. Começaram de novo! Eu quero dizer que aquela área pertence aos moradores que a conquistaram! E não a pessoas das quais muitas têm casa para morar! E aí defendem isso! Sou o primeiro a querer que os que estão naquela área ocupada agora adquiram o direito de ter sua casa, mas que façam o mesmo trajeto que os outros fizeram. Eu sou ocupante no Rubem Berta, batalhei para ter a minha casa para abrigar meus filhos, nunca tive casa em outro lugar. Agora, conquistado dentro do OP, não pode mais, Vereadora, essa área ser ocupada. Vereadora, V. Exa. está lá defendendo, não pode! Não pode V. Exa. rasgar um caderno que V. Exa. ajudou a construir. V. Exa. ajudou a construir o Orçamento nesta Cidade! Respeite o Orçamento Participativo!

(Aparte antirregimental.)

O SR. PAULINHO RUBEM BERTA: Vereadora, V. Exa. tem que ajudar a defender quem conquistou... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Toni Proença está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TONI PROENÇA: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, volto a esta tribuna, ocupando o tempo de Liderança do meu Partido, o PPL, por conta da manifestação do Ver. Alceu Brasinha nesta tribuna, reclamando que alguns

Vereadores se apropriam das contrapartidas que foram negociadas nos empreendimentos da Cidade. E venho a esta tribuna porque eu apresentei um Projeto de Lei que tramita nesta Casa, que resolve definitivamente esse problema, tem a pretensão de resolver definitivamente esse problema. É o Projeto de Lei que exige a divulgação e a publicização das contrapartidas negociadas em todos os grandes empreendimentos em Porto Alegre, para que todos – Câmara de Vereadores, associações de moradores, Conselhos e Fórum do Orçamento Participativo, Conselhos Regionais do Plano Diretor – recebam a informação, Ver. DJ Cassiá, de que contrapartidas foram negociadas nos grandes empreendimentos. Esse é o objetivo e a pretensão do Projeto que ora tramita nesta Casa. Com isso, todos nós saberíamos, de antemão, de havia sido negociado na contrapartida para revitalização e recuperação do Parque Alim Pedro, no IAPI, negociado com OAS pela construção da Arena do Grêmio. E não precisaria o Ver. Brasinha vir a esta tribuna informar a todos nós que havia essa contrapartida! E assim as comunidades poderiam, Ver. Paulinho Rubem Berta, ter essa informação e até intervir nas negociações feitas como contrapartidas. E o Ver. Lucio Barcelos, a quem eu dou as boas-vindas, hoje entre nós, sabe muito bem do que eu estou falando! Nós temos que ter a divulgação e a publicização das contrapartidas, não só informando à Câmara de Vereadores, aos Fóruns Regionais do Orçamento Participativo, ao Conselho do Orçamento Participativo, às associações de moradores, aos Fóruns do Plano Diretor e ao Conselho do Plano Diretor para que as contrapartidas fiquem bem claras e bem publicizadas. Diz mais o texto da Lei, que na frente do empreendimento, assim como quando tem contrapartida e compensação ambiental, tem que ter uma placa dizendo que compensação é essa, também tem uma placa na frente do empreendimento, dizendo quais as contrapartidas negociadas, onde elas serão executadas, de que maneira e em que prazo, para que todos nós tenhamos, Ver. Comassetto, a facilidade de identificar as contrapartidas e, principalmente, que as comunidades possam exigir a execução dessas contrapartidas. Esse é o objetivo da lei de minha autoria que tramita nesta Casa e que, se já tivesse sido aprovada, nós poderíamos ter essas informações como uma obrigação permanente do Poder Executivo. Assim, as comunidades não precisariam

andar por aí garimpando essas informações. Não que alguém queira esconder, não é isso, mas é que não há a informação devida e adequada a todos os interessados nas negociações das contrapartidas. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Lucio Barcelos está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. LUCIO BARCELOS: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; é um prazer retornar à titularidade de Vereador nesta Casa, apesar de ser num momento de tristeza, pois a razão de eu estar aqui é o falecimento do pai da nossa companheira Fernanda Melchionna. É com pesar que a substituo nessas condições; gostaria de que fosse em condições bem mais felizes.

Vou tentar utilizar o tempo neste Grande Expediente para fazer o relato de algumas experiências que a gente vivenciou nesse último período, basicamente na área da Saúde, que é a área na qual eu milito há muitos anos. Eu tive a felicidade de ser convidado pelos funcionários do Hospital Psiquiátrico São Pedro e pelo Sindicato Médico para ser Diretor desse hospital. Acho que os senhores sabem, devem ter ouvido, visto ou lido alguma referência a respeito disso. A minha permanência naquele hospital, infelizmente, não foi muito profícua nem muito longa. Eu fiquei naquele hospital durante um prazo de aproximadamente três meses, ou um pouco mais de três meses, por razões que acho que não são específicas nem exclusivas do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Acho que são razões de problemas graves de falta de cuidado, de atenção com a área da Saúde no Estado, no Município de Porto Alegre também e no nosso País.

O Orçamento da União de 2012, fazendo um parêntese, é de dois trilhões e não sei quantos bilhões. Desse valor, 47,9% vão ser utilizados para pagar juros da dívida interna e externa. Quem recebe esses juros, via de regra, são os grandes especuladores que detêm os títulos do Governo.

Para a Saúde, o Governo Federal está colocando 3,98% do Orçamento deste ano de 2012. Isso significa oitenta e poucos bilhões, o que não muda muito em

relação a 2011, ou não muda nada, porque é um recurso que não altera significativamente o valor que é colocado dentro da área da Saúde de 2011 para 2012, são 3,98%. Qualquer país que tenha um pouco mais de cuidado com a saúde da população coloca em torno de 6 – que é a reivindicação das entidades da Saúde –, 6% do Orçamento, ou mais de 6% do Orçamento para a Saúde. Então, nós vamos ter, este ano, 3,98%, já decretado pela Presidente Dilma. Mesmo com a Emenda n.º 29, que lutamos durante muitos e muitos anos para aprovar, não vai ter os 10% que a União deveria colocar da sua Receita Bruta. Não vai ter, e nós vamos continuar tendo 12% do Estado, 15% dos Municípios e a variação do PIB da União. Como estamos em crise econômica, e o PIB tende a diminuir, então, provavelmente, o valor que a União vai colocar no Orçamento será menor do que aquele que vem colocando atualmente.

O Estado do Rio Grande do Sul aplica – e eu acho que já é do conhecimento de todos –, se não o menor valor, um dos três valores mais baixos do Orçamento na Saúde. Dos 26 Estados, há 18 que cumprem a Emenda n.º 29, e os outros não cumprem. O Rio Grande do Sul, junto com Alagoas, que é um Estado pobre, é um dos que menos aplicam na Saúde. Mascarando e fazendo um pouco de fantasia, o Estado aplica em torno de cinco e pouco por cento na Saúde. Na real, aplica 3,5%, 4% na Saúde, e devia aplicar 12%. Aplica menos da metade disso, e eu não acho que tenha perspectiva de melhorar essa aplicação.

Voltando à questão do Hospital São Pedro, a instituição hoje tem 270 moradores. São pacientes psiquiátricos que moram no São Pedro, alguns há 20 anos, outros há mais de 20 anos. Tem uma ala para crianças e uma para adolescentes, com cerca de dez leitos cada uma. Tem uma ala de desintoxicação, com 30 leitos, para álcool e droga. E, lá no fundo do hospital, que tem uma área de 13,9 hectares, não é uma área pequena, são 14 hectares, já foi maior, tem quatro enfermarias que recebem pacientes agudos de 88 Municípios do Interior, da Grande Porto Alegre e do Litoral. São 88 Municípios que mandam pacientes para o São Pedro. Eles passam na área de admissão e ficam ali.

Eu dizia ao Ver. Pedro Ruas que nós devíamos fazer um esforço para municipalizar o São Pedro, porque a Saúde de Porto Alegre é municipalizada. Aqueles pacientes do São Pedro passam por uma situação de dificuldade enorme, desde moradia até a questão da saúde. Eu me dei o trabalho de pegar os óbitos dos pacientes do São Pedro, de 1996 até 2011: morrem dois pacientes por mês aproximadamente. E sabem do que é que eles morrem? A primeira causa de óbito do São Pedro é doença respiratória. Aqui fora, no Rio Grande do Sul, no Brasil, a primeira causa de morte dos cidadãos em é a doença circulatória; a segunda causa de óbito é o câncer; e a terceira causa de óbito é a doença respiratória, em torno de 10%. Lá no São Pedro, não é assim! Lá a primeira causa de óbito é a doença respiratória. Por quê? Porque são pessoas idosas, homens e mulheres idosos que moram lá há muitos anos e vivem em locais úmidos, deteriorados, sem reforma, sem ar condicionado. Aquelas unidades que têm dois andares não têm aqueles elevadores mínimos que evitam que o pessoal desça as escadas, pois, quando desce, cai, se machuca, se fere, se quebra. Nada disso foi feito.

Eu e uma arquiteta que trabalha no São Pedro fizemos uma visita a todas as unidades e levantamos o valor necessário para reformar as nove unidades do hospital, para colocar aparelhos de ar-condicionado, elevadores nessas duas ou três unidades que têm dois andares para os pacientes não caírem, para reformar a área física, para tirar a umidade, para deixar habitável. Sabem qual é o valor para fazer isso? Duzentos e cinquenta e seis mil reais! Mil! Eu não estou falando em milhões, são R\$ 256 mil, dinheiro que não precisa sair do Orçamento do Estado. Eu acho que qualquer cidadão que tenha um pouco mais de dinheiro, tendo esse dinheiro, colocaria lá no São Pedro para resolver o problema. No entanto, o Governo disse que não tinha recurso para isso, para colocar R\$ 256 mil para deixar aquelas unidades em condições mínimas de habitabilidade, assim como também não fez nenhum movimento para resolver um problema que eu nunca vi na minha vida. Tem 30 cidadãos dentro do São Pedro, homens e mulheres, que são psicólogos, manicures, pedicures, musicólogos e cuidadores de paciente, que pegam o paciente e passeiam lá dentro, andam circulando no pátio. São 30 pessoas que vivem lá dentro e vendem serviço privado dentro do São Pedro. Vendem! É como se eu fosse

convidado para ir para o São Pedro, entrasse lá e fosse vender serviço lá dentro. Paga-se como? Os pacientes recebem um dinheiro, um salário-mínimo da Lei Orgânica da Assistência Social, da LOAS, que vai para a conta deles. No final do mês, se eu vendi o serviço como musicólogo, eu recebo. Um dia eu entrei em uma enfermaria, vi um cidadão tocando violão e outro tocando gaita. Eu pensei que esses caras estivessem fazendo um trabalho voluntário. Não, eles cobram dos pacientes! No final do mês, a curatela vai lá e pega um recibo do cara que prestou o serviço. E a curatela, como tem o recibo, e é isso que interessa... Se eu comprar cocaína, se eu comprar qualquer droga, para eles não há problema, importa é que tenha o recibo. Ou se eu der o recibo de que eu usei o dinheiro, o curador diz... Ele me disse isto: “Não, mas aqui, Doutor... está aqui o recibo, foi prestado o serviço”. Eu respondi: “Escuta, este é um hospital público mantido pelo Estado, como é que o cidadão entra aqui, vende serviços e recebe dinheiro dos pacientes?”. Então, são 30 pessoas que fazem isso lá dentro do Hospital. Eu propus ao Secretário Ciro Simoni que encaminhasse para a Assembleia Legislativa um Projeto de Lei fazendo contrato emergencial, para tirar essas pessoas que vendem serviço lá. Como é que pode vender serviço dentro de um hospital público? Não existe isso! Ao mesmo tempo, criaram dentro do Hospital um negócio chamado Departamento de Coordenação dos Hospitais Estaduais. São três hospitais: Sanatório Partenon, Hospital São Pedro e, lá embaixo, o Hospital Itapuã.

Esses funcionários, que são administrativos, em número de 25 ou 30, ocupam uma enfermaria que foi reformada com dinheiro da Sociedade dos Amigos de São Pedro, uma entidade filantrópica, uma ONG que existe lá dentro - e acho que não era papel dela fazer isso, mas ela fez: reformou a unidade, bem na entrada do Hospital, unidade que é mais aquecida, ficou com boa qualidade. Para quê? Para colocar os pacientes que estão nas unidades mais úmidas e depredadas ali. O que aconteceu? Colocaram gente administrativa, que não tem vínculo com o Hospital. É gente que vai pensar na política, no que tem que fazer, quais são as políticas que interessam para o Hospital. Então, essas pessoas recebem Gratificação de Risco de Vida, que deveria ser exclusiva dos funcionários que atendem pacientes no São Pedro. São 270 pacientes, mais os

cento e poucos leitos lá no fundo, que são para pacientes agudos. Então, tu tens 30 pessoas...

Aí, depois, sem me avisar, eles jogaram lá dentro a Divisão de Transporte. Eu liguei para o Diretor Administrativo da Secretaria da Saúde: “Escuta, o que faz a Divisão de Transporte aqui dentro?”. “Isto é o seguinte: se tirarmos a Divisão de Transporte de lá de dentro, vamos criar um problema social, porque os motoristas vão ficar sem a Gratificação de Risco de Vida, que é de 45% em cima do salário”, “Quem sabe a Secretaria pensa em melhorar a política salarial dela? Ou, então, fazemos o seguinte: tiramos todo o pessoal da Secretaria, botamos dentro do Hospital São Pedro; tiramos os doentes mentais daqui e levamos eles lá para o Centro Administrativo. Fazemos o inverso! Deixamos os doentes no CAERGS, que é quentinho, agradável, e botamos os funcionários da Secretaria dentro do São Pedro”. Porque lá tem uma Divisão de Transportes; depois ia o setor relacionado a transplantes, mais os 30 funcionários administrativos, que não têm nada a ver. A gente que pensa em política para os três hospitais... Estavam lotados aqui no Centro Administrativo há um tempo e, agora, estão lá dentro do São Pedro. Evidente que eu saí do Hospital e, claro, a primeira coisa que aconteceu... Nós tínhamos negociado com o Secretário que o Diretor do Hospital continuaria sendo o gestor do recurso financeiro, é o ordenador da despesa. Bom, isso aí terminou no dia seguinte. Então, não é ordenador de despesa, não tem recurso nenhum, ele não pode fazer reforma. Tinha R\$ 1 milhão que sobrou para começar o restauro daquele prédio histórico, porque são R\$ 48 milhões.

Nós fizemos um projeto com as arquitetas no valor de R\$ 960 mil para resolver a primeira parte do primeiro bloco, melhorar lá, colocar um teto novo e tal, ajeitar. Novecentos e sessenta mil reais, os quais entreguei na mão do Secretário, que disse: “Esse dinheiro, esse R\$ 1 milhão nós vamos usar para outras coisas, nós estamos mal de grana aqui”.

Eu pensei: bom, não tem restauro, tem gente vendendo serviço privado aqui dentro, não tem autonomia financeira, tem umas 40, 50 pessoas ganhando de uma forma irregular um negócio que chamam de Gratificação de Risco de Vida. Fazer o quê? Se o Estado não tem um interesse mínimo...

Claro que o discurso é antimanicomial: “Nós temos de fechar o Hospital São Pedro”. Eu estou de acordo com que fechem; agora, primeiro, para fechar, tu vais aqui na rua e constróis um residencial terapêutico decente, qualificado, em que caibam aqueles pacientes lá - e todos não vão caber, tem uns que já estão muito idosos e não vão poder... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Lucio Barcelos continua o seu pronunciamento em Comunicação de Líder, por cedência de tempo do Ver. Pedro Ruas.

O SR. LUCIO BARCELOS: Bom, como o Ver. Pedro Ruas me cede o tempo de Liderança, eu vou, então, tentar fechar essa questão do hospital.

Então, essas são as razões – e não são poucas – pelas quais eu decidi sair da Direção do Hospital. Aliás, eu fui o último Diretor-Geral do Hospital São Pedro, porque, depois disso, não existe mais Diretor-Geral. Existe um Diretor Técnico e um Diretor Administrativo. Não existe mais a figura de Diretor-Geral nos hospitais do Estado.

Eu acho que essas razões são mais do que suficientes para justificar a não permanência dentro da gestão de um hospital que eu acho que mereceria uma atenção especial do Governo.

São 270 cidadãos que moram ali, que vivem ali, e que sofrem ali dentro. E eles morrem de causas evitáveis. Existe no jargão médico, no jargão da Saúde pública, um negócio que se chama morte evitável. Ou seja, aquela morte, aquele óbito, que se conseguiria evitar tratando bem da pessoa, dando uma boa condição de moradia, de vida. Então, nós temos no Hospital São Pedro uma quantidade enorme de óbitos evitáveis; não precisaríamos desses óbitos lá. E não se faz nenhum movimento no sentido de melhorar isso.

Eu entrei com uma representação no Ministério Público Estadual, com a Dra. Maria Inês; ela abriu um inquérito civil público, questionou a Secretaria da Saúde, e a Secretaria da Saúde respondeu que não. Se fez de surda e muda, não disse nada. A Dra. Maria Inês, segundo me informou, vai pedir uma audiência com o Secretário da Saúde para ver se ele se digna a dizer alguma

coisa para ela com relação às denúncias que nós fizemos das irregularidades do Hospital.

Reafirmo que isso não é um privilégio do Hospital, não é uma situação específica e exclusiva daquele Hospital. Isso se repete em outras unidades da área da Saúde. No Município de Porto Alegre isso é comum, assim como no Estado do Rio Grande do Sul, a falta de pessoal, a ausência de profissionais, a sobrecarga de trabalho, as dificuldades que as pessoas têm de enfrentar uma jornada longa de trabalho, fazendo com que as pessoas adoçam. A área da Saúde é uma das áreas onde as pessoas mais adoecem, porque elas ficam sobrecarregadas, numa situação de tensionamento permanente.

Essas foram as razões que nos levaram a solicitar a exoneração da Direção do Hospital São Pedro.

Nós vamos continuar com este movimento, vamos tentar junto ao Ministério Público Estadual que consiga fazer no Estado, no mínimo, a reforma daquelas unidades; no mínimo, dar uma condição de vida digna para as pessoas que lá se encontram.

Se querem fazer reforma psiquiátrica, muito bem, eu sou absolutamente a favor, mas tem que ser uma reforma psiquiátrica que implique a qualificação e a dignificação da vida das pessoas e não uma reforma que mate as pessoas e que vá fechar o Hospital. E disseram: “Olha, não precisa fazer nada, fica quieto, que, em nove, dez anos, já morreram todos os pacientes do Hospital São Pedro. Com essa média de óbitos por mês, daqui a pouco não tem mais pacientes. Basta deixar morrer.”

Então, nós temos que qualificar isso, temos que obrigar o Estado a tomar uma atitude que dignifique a vida daquelas pessoas, senão não tem razão de se ter um Governo que não... Se não faz isso, se não tem R\$ 264 mil, R\$ 265 mil para melhorar a vida daquelas pessoas, tem para quê? Para que existe? Faz o que com esse dinheiro? Eu realmente não entendo. Um Governo que não tem dinheiro para melhorar a vida de pacientes que têm sofrimento psíquico, que são pessoas dependentes, eu realmente não sei para que existe ou para que serve um Governo desses. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Apregoo a Emenda nº 01 ao PLE nº 047/11, que autoriza o Município de Porto Alegre a aderir ao Fundo Mundial de Desenvolvimento de Cidades – FMDC - e dá nova redação ao art. 3º do Projeto de Lei do Executivo, como segue: “Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2011. Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2012”. Está assinada pelo Líder do Governo, Ver. João Antonio Dib.

Não há pedido de dispensa porque está sob os efeitos do art. 81, da nossa Lei Orgânica.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

(O Ver. Haroldo de Souza reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu escutei atentamente o pronunciamento do Ver. Lucio Barcelos. Eu quando fiquei sabendo que o Ver. Lucio fazia parte do Governo Tarso Genro, pensei: “Ué! mas, não é possível!” Mas, agora eu vejo que valeram a pena, Vereador, os três meses em que o senhor fez parte da Administração Tarso Genro; valeram a pena para nós, para o Rio Grande. O senhor, que é um médico consciente do seu dever, foi lá para o posto e viu que a coisa é muito pior do que se imaginava. Pensava-se que, pelo menos, para a saúde dessas pessoas que precisam de curador, que não podem, que não pensam, que não decidem, algo seria feito - eu não sei de quando tempo vêm essas aberrações, provavelmente já venham de governos passados. Agora, esta reforma, Ver. Lucio, que fizeram no Hospital São Pedro, ao invés de colocar as pessoas doentes, as pessoas que precisam, o que o PT fez? O Governo do PT colocou lá CCs para trabalhar, ganhando insalubridade e periculosidade. É assim que o PT cuida da saúde? A saúde que o PT devia cuidar era a da população, mas de quem estão cuidando? Da saúde financeira dos bancos! É disso que o PT cuida: da saúde dos bancos! Ele faz a reforma e coloca a companheirada lá dentro para pensar a saúde, mas, certamente, ele não pensa que essas

pessoas precisam do Estado, mais que qualquer outra pessoa, porque não têm o poder de discernimento, o poder de decidir o que querem ou não.

Agora, sou a favor das privatizações, mas privatizar o Hospital São Pedro, apresentar recibo por serviços prestados - que ninguém sabe por quem; só se sabe que foi para um gaiteiro, para um violeiro -, isso é serviço que se cobre lá do Hospital São Pedro? Isso é tão grave, mas tão grave, que eu espero, sinceramente, que o nosso querido Ver. Oliboni, competente Vereador desta Casa, que sempre se preocupou com a Saúde e que agora vai para a Assembleia nesta semana ou na semana que vem, tenha como primeira atitude pedir uma CPI para verificar o que acontece no São Pedro. Eu espero isso do Deputado Oliboni - querido Vereador que sempre se preocupou com a Saúde e talvez seja o que mais tenha projetos nessa área, o que mais tenha projeto nesta Câmara -, que peça para que o Governo Tarso cuide disso. Isso é um absurdo, isso é uma coisa louca! Aliás, eu acho que os nossos Vereadores do PT, homens sérios - vejo aqui todos eles preocupados com esse seu pronunciamento, Vereador -, vão começar a perguntar mais e a se preocupar mais. Eu tenho certeza de que farão isso. Essa privatização lá ficou muito feia, uma coisa horrível!

Ver. Luiz Braz, imagine só que hoje nós estamos privatizando os aeroportos, e eu sou a favor, porque os serviços prestados são horríveis. Mas privatizar cantoria lá no Hospital São Pedro? Isso é brabo, isso é muito brabo, é de se envergonhar.

Hoje pela manhã eu escutei uma entrevista do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, que desancou o Governador Tarso Genro, dizendo que a tal da PEC nº 49, casualmente inventada pelo Ministro anterior, Tarso Genro - essa que queria nivelar por cima o salário da Polícia Militar, dando um monte de dinheiro -, é uma fantasia, é uma brincadeira, isso é uma coisa impossível de... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Sr. Presidente Haroldo de Souza; boa tarde Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, todos que nos assistem; senhoras e senhores. Presidente, serei breve ao comentar as demandas que tenho tido ao andar pelas ruas de Porto Alegre - assim como o Vereador Pedro Ruas -, ao comentar as coisas que acontecem em Porto Alegre, e para as quais não tenho respostas. Eu tenho uma dificuldade enorme, porque eu caminho ali pelo Mercado Público - onde eu moro há treze anos -, e vejo as calçadas, como as da Rua da Praia, ou as da Av. Borges de Medeiros até quase o Gasômetro, das quais 90% já estão prontas. Só que com relação às calçadas que são de responsabilidade do nosso Governo, não vi nada feito. Se andarmos na Rua da Praia, no corredor chamado Calçadão, todas as calçadas estão danificadas. Os proprietários me perguntam: “Tarciso, nós estamos fazendo a nossa parte, mas e a parte do Governo?” Eu tenho dificuldades, Haroldo, sinceramente, em responder. Eu tenho certeza de que o nosso Prefeito vai fazer esse trabalho, porque isso é bom para a cidade de Porto Alegre e para todo o porto-alegrense que frequenta o Centro, principalmente no que diz respeito à acessibilidade para os nossos deficientes visuais, cadeirantes, idosos - todos nós. A Rua da Praia é de Porto Alegre, todos nós caminhamos ali, e não só as calçadas do Centro, mas de todos os bairros, e ao termos um órgão do Governo responsável por isso, que isso sirva de exemplo para que nós, Vereadores, não tenhamos que, às vezes, dar explicações, no escuro, sem saber o que dizer.

Fiz um Pedido de Providências em relação às luminárias ali da Rua da Praia, que dão uma aparência européia àquela Rua, como as que vi quando estive na Inglaterra, na França; são luminárias maravilhosas que estão todas sujas e queimadas, Ver. Haroldo. Eu, há seis meses, fiz esse Pedido de Providências. Isso não é para mim, mas para todo o povo de Porto Alegre que passa ali, que usa o Centro de Porto Alegre. Gente, devemos deixar a nossa Cidade bonita.

Nós que estamos falando na Copa do Mundo de 2014, devemos ajeitar esta Cidade boníssima que é Porto Alegre, para ficar muito mais bonita. Acho que chegou o momento de começarmos a fazer essa limpeza. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, em verdade, hoje, é a primeira grande Sessão da Casa deste ano legislativo de 2012. É bem verdade que na última quarta-feira, antes do feriado de Navegantes, estivemos aqui reunidos e, naquela oportunidade, votamos alguns projetos, que não deixam de ter a sua importância, inclusive para as entidades que foram beneficiadas por ele.

Hoje, já começamos a enfrentar algumas matérias de maior consistência. Dentro desse contexto, temos algumas surpresas agradáveis aqui. Entre elas, uma que nos deixa muito feliz é a presença do Ver. João Bosco Vaz nesta Casa, que reassume e levanta a necessidade de enfrentamento de uma matéria. O Ver. Adeli Sell especialmente esteve debruçado sobre essa matéria quando elaborou, ao final do ano legislativo passado, um Parecer Conjunto a respeito do assunto das telecomunicações. Esse Parecer deixou de ser votado, porque, na ocasião, Ver. João Dib, houve um contratempo e algumas colocações no debate, que fizeram com que o seu autor, Ver. Ferronato, não manifestasse interesse em que a matéria fosse votada naquele contexto de debate.

Agora, neste ano, seguramente temos que votar esta matéria. Eu tive a oportunidade de dizer pessoalmente ao Ver. João Bosco que achava que o Governo, do qual ele faz parte, tinha que ser mais claro com relação à proposta, dizendo por ele ou pela sua Liderança – o Ver. João Dib – da sua concordância plena com os termos do Projeto de Lei, ou com a necessidade que, ao meu juízo, existe, de serem aparadas algumas arestas conforme V. Exa., Ver. Adeli Sell, enseja com o seu Parecer, proferido ainda no ano legislativo anterior. Por isso, eu quero, com toda tranquilidade, até em homenagem ao Ver. João Bosco, que levantou este tema, dizer que já me coloquei à disposição dele, para nós dialogarmos sobre o assunto, mas com toda certeza eu não acredito, Vereador, que nós devamos ter, com esse assunto, maior pressa do que aquilo que o bom-senso nos indicar. Esse discurso de que determinados recursos possam ser perdidos, em função de

uma maior ou menor velocidade que nós venhamos a dar com relação a esse assunto, se assemelha a tantos outros que eu já ouvi nesta Casa, em favor de alguns projetos que, depois de por nós aprovados, mourejam nas gavetas do Executivo sem nenhum aproveitamento. É uma matéria que merece, no mínimo, cautela, bom-senso e, sobretudo, muito carinho na sua observação. Nós, obviamente, não queremos privar a Cidade de uma melhoria nas comunicações, mas também não podemos, assim, responsabilmente, deixar de considerar um aspecto que é relevante no exame desta matéria, que é a Saúde pública, que é a possibilidade de ocorrer ou não ocorrer maior radioatividade pelo uso do celular, pela colocação das estações radiobase, pela fixação das miniestações radiobase e, sobretudo, pela proximidade dessas com escolas, com creches e com outras instituições que, hoje, são expressamente vedadas na formulação da legislação vigente. Fui na ocasião, inclusive, muito reticente em determinados aspectos, mas, ao final, como sempre, me dobrei à vontade da maioria, que entendeu em aprovar por longa margem de voto, na integralidade, a proposta que aqui se estabeleceu. Por isso, Sr. Presidente, cautela e canja de galinha, eu aprendi na minha Quaraí... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, agradeço à minha Bancada por poder falar em seu nome, e quero seguir na discussão do atendimento das obras do Orçamento Participativo. Já a partir do Grande Expediente, o Ver. Comassetto trouxe aqui que muitas demandas de habitação da Região Sul estão atrasadas, fora as que foram reduzidas no Socioambiental, do projeto inicial da Vila dos Sargentos, em que nós sabemos que há muita demanda por habitação. E hoje nós recebemos, nessa intermediação da ocupação na Zona Sul, um documento com os pontos que

eles exigem, os quais vou ler, que é só o cumprimento de conquistas anteriores, de muito tempo.

Veja, Ver. Dib, que eles colocam o seguinte: que todos os moradores de área de risco que tiveram que ser retirados, como no Túnel Verde, e que estão no aluguel social tenham garantia desse aluguel até a nova moradia, o que o DEMHAB está sinalizando positivamente, reconhecendo que algumas situações de documentação, às vezes, impedem esse tema; que todas as famílias que estavam previstas pelo reassentamento do Socioambiental, 250 famílias na Zona Sul, sejam reassentadas prioritariamente. Por que eles dizem isto? Porque dizem que no empreendimento do Minha Casa, Minha Vida - de zero a três salários-mínimos -, na Restinga, muitos moradores não são da Zona Sul. Portanto, estão se atendendo, com certeza, demandas sociais importantes, mas numa região onde tem muita demanda represada, atrasada, porque há inundação, há área de risco – isso todos nós conhecemos.

Vejam que as famílias do Santa Mônica, levadas, em abril de 2005 – despejadas, na época, por quatro meses -, para a Estrada Otaviano José Pinto, estão lá até hoje; 35 famílias de 2005 até agora. E que eles sejam incorporados no Minha Casa, Minha Vida. É um compromisso do Prefeito Fortunati assumido, inclusive, em visita na Zona Sul: que todos os inscritos da região no Minha Casa, Minha Vida sejam contemplados na região; e que - vejam no documento - há 70 famílias de ocupantes que, de fato, não têm para aonde ir, e os demais, que não estão nessas situações, se propõem a se organizar para ir à luta por um projeto.

Então, eu acho que está muito bonita a capacidade de diálogo daquelas famílias, e elas se propõem a sair pacificamente, mas retratam a enorme demanda, o atraso das obras, como as obras do Túnel Verde, que nós procuramos aqui no mapa, e a comunidade afirma que nem levantamento topográfico está feito e outras obras. Eu estou preparando uma ida à Lomba do Pinheiro e fui procurar a escola, porque estou preocupada com o tema que eu trabalho, sempre trabalhei muito, o tema da Educação. E, no final do ano, eu trouxe para cá a preocupação de que a Secretária de Educação quer comprar uniformes escolares gastando R\$ 7 milhões e não construiu três escolas estratégicas para atender as crianças. De uma já falei no período de

Comunicações, a Escola Canudos, na Av. Prof. Oscar Pereira. Agora, olho a prioridade, Ver. Paulinho Rubem, da Lomba do Pinheiro, certamente uma dificuldade de repriorizar, porque, no ano passado, não houve prioridade nova, e não encontro a Escola Quinta do Portal! Não está aqui a Escola Quinta do Portal, que ganhou em primeiro lugar por vários anos, que tem quase 600 crianças que pegam ônibus! Todos conhecem o que é a Quinta do Portal, cujo ônibus é um dos piores da Cidade, que tem lombas, que não tem acostamentos, que não tem asfalto: é pó, é poeira e é barro! E a Escola da Quinta do Portal não está priorizada!

O Ver. Adeli sabe que estamos no período de Liderança, tenho certeza de que teria uma excelente contribuição. Então, eu estou aqui não para falar de um tema só. Em nome da Bancada, falo, de novo, dos furos do discurso do Prefeito (Mostra mapa.), que diz que recuperou as obras do OP. Como, se na Quinta do Portal, escola estratégica, sequer está no caderno! Sequer está no caderno.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Obrigado a Ver.^a Sofia Cavedon.

A Ver.^a Maria Celeste está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. MARIA CELESTE: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, subo a esta tribuna, neste início de ano dos trabalhos legislativos nesta Casa, na liderança de oposição, também querendo, na mesma linha da Ver.^a Sofia Cavedon, dizer que muito estranhemos as demandas do Orçamento Participativo que estão colocadas, ao longo da história, nos livros – o Ver. Paulinho Rubem Berta debatia esse tema aqui também –, e que nós, efetivamente, não verificamos acontecer na realidade. Mais do que isso, Ver. Mauro Pinheiro, o que nos assombra nesta Prefeitura é a completa falta de gestão pública e de relação de diálogo entre as Secretarias, especialmente no que tange às obras do OP. Nesse caso específico que o Ver. Paulinho Rubem Berta trouxe aqui para a tribuna, quando fala da ocupação do

Altos da Lagoa, ele me mostrava que está previsto no caderno do OP o reassentamento de 250 famílias, e nós verificamos, sobre aquele terreno, que é um comodato da Associação Comunitária Jardim Altos da Lagoa, cedido pelos proprietários anteriores; foi feito um acordo da Associação para cedência daquele local para um equipamento de cultura, esporte e lazer naquela área. Ora, há um projeto da Prefeitura que destina para moradias, mas, por outro lado, a Associação do Altos da Lagoa tem, sim, a vontade do centro de comunidade, que já foi revisto, porque também, no OP, eles ganharam um posto de Saúde e a construção de uma creche comunitária, e a Associação renuncia, então, a destinação dessa área em prol da creche e do posto de Saúde. E a Prefeitura não sabe disso! Tanto não sabe que, quando fomos consultar o processo, pois as pessoas ocuparam o local e nos procuraram, Ver. Paulinho Rubem Berta - o senhor e eu, que somos da região -, a Secretaria da Fazenda informou, oficialmente, que existe a área registrada, cartório de registro, houve vistoria realizada, e disse que aquela área não tem destinação! Não tem destinação!

Então, o DEMHAB grava no OP uma demanda importante da Habitação. A Secretaria da Fazenda diz que não há destinação dessa área para nada e diz que é uma área da Prefeitura. Existe um comodato de cedência de espaço da Associação - a área é da Associação Comunitária - e que todos da região estão empenhados em que ali se construa uma Unidade Básica de Saúde, não é nenhum posto de Saúde! Porque a necessidade é, de fato, do atendimento de todas aquelas comunidades do Jardim Altos da Lagoa, do Jardim dos Coqueiros, enfim, toda aquela demanda reprimida no tema da Saúde que está ali. Agora, existe, sim, uma grande dissintonia da vontade política do Prefeito com seus Secretários. Não é mais possível que a gente observe as demandas sendo pautadas no OP como um mero instrumento de ilusão da comunidade! É isso que está acontecendo. Uma hora destina-se para moradia, grava-se no caderno do OP, como o Vereador me mostrou, e é verdade; em outro momento, é uma área para um posto de saúde e para a creche que ali precisa - com certeza, precisa! Não grava em lugar nenhum, ilude a comunidade e diz que ali não pode ter mais a creche, nem o posto de saúde. Não dá para entender!

Prefeito, por favor, quando o senhor voltar de viagem, o senhor chame a sua equipe, principalmente a equipe do Orçamento Participativo, e parem de iludir as comunidades, porque a Secretaria da Fazenda apresenta algo concreto numa região e numa área importante, e, como não há destinação, significa que não há projeto. E esse documento, senhoras e senhores Vereadores, está gravado no dia 26 de dezembro de 2011, ou seja, de agora! Obrigada, Sr. Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, ou sou muito econômico na utilização do tempo de Liderança, quer seja no tempo fático, quer seja na própria comunicação, até porque o artigo 229 diz que são assuntos urgentes e inadiáveis. Eu fico ouvindo e, de repente, tenho que responder alguma coisa.

Agora, estranho muito que o PT e a oposição vão lá falar sobre Orçamento Participativo. Eu me lembro do Ubiratan, que cuidava do Orçamento Participativo para o PT, que dizia, com toda a tranquilidade, que mais de 50% das obras listadas não eram executadas. Lembro até que, quando o Prefeito Fogaça assumiu, algumas centenas de obras que estavam represadas, uma de 300 reais, outra de zero real e outras e um milhão e meio, dois milhões foram realizadas pelo Prefeito Fogaça.

Então não tem nada de novo na história de Porto Alegre em relação ao Orçamento Participativo, apenas que agora as Administrações Fogaça e Fortunati atendem mais do Orçamento Participativo do que era atendido no passado, conforme a declaração do próprio Coordenador do OP, o Sr. Ubiratan. Apenas isso. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; cidadãos de Porto Alegre; sobre essa questão do Orçamento Participativo nós, Vereadores, temos acompanhado a responsabilidade e a valorização que o Prefeito Fortunati tem dado para esse instrumento consagrado na nossa Capital e que é exemplo para o mundo inteiro, tanto que aqui se realizou o Congresso das Cidades, aqui se realizou o Congresso Mundial da Metrópolis, aqui se realizou o Fórum Social Mundial, exatamente pelo sucesso, pela valorização e pela eficácia do Orçamento Participativo.

O Orçamento Participativo é o instrumento máximo que os movimentos sociais utilizam na interlocução com o Executivo e com que garantem os seus resultados. O Governo Fortunati, em conjunto com os Conselheiros e Delegados do OP eleitos pelas associações comunitárias, eleitos pelas comunidades de baixa renda da nossa Cidade nos 82 bairros das 17 regiões, fez um pacto para tornar o Plano de Investimentos um plano de investimentos real, um plano de investimentos onde as obras gravadas passassem antes por um filtro técnico e fossem depois priorizadas politicamente nas 17 regiões de Porto Alegre onde se reúnem as lideranças das 17 regiões. Antes, o Plano de Investimentos gerou inúmeras, milhares de demandas atrasadas que não saíram do papel, não desmerecendo a construção importante que o PT fez do Orçamento Participativo, mas demanda registrada no Plano de Investimentos que não saiu do papel foi na gestão do PT!

Na gestão Fortunati, houve uma reformulação da proposta das demandas, e só entraram no Plano de Investimentos as demandas pactuadas com a comunidade e que só eram registradas com verba e projeto técnico. Houve realmente a valorização das demandas do OP e o respeito às comunidades, pois só entraram, no Plano de Investimentos, obras que podem acontecer. Nesse filtro, verificamos que, desde a década de 90, havia mais de mil obras que não saíram do papel. E o Prefeito Fortunati pactuou com os movimentos sociais de uma forma franca, honesta, transparente, criando um Plano de Investimentos verdadeiro, concreto, real, e não ilusório, como estão falando aqui. Esqueceram que, no papel, ficava na gestão deles. Finalmente, temos,

sim, agora, um Plano de Investimentos e obras demandadas que filtraram as do passado; resgatamos obras atrasadas e demandamos obras novas. É assim que é a gestão Fortunati! É assim que é essa gestão que respeita e tem uma relação transparente e responsável com os movimentos sociais, é negociando e só se comprometendo nas comunidades de baixa renda com as obras demandadas que podem acontecer.

Nós tivemos, para 2012, o maior orçamento da história do Orçamento Participativo, além de resgatar as demandas atrasadas e também incluir demandas novas. É na gestão Fortunati que, além de se ter um Plano de Investimentos real, nós temos o maior valor de investimento, o maior orçamento disponibilizado na história do Orçamento Participativo. Então, o PT fez muito pelo Orçamento Participativo, mas a gestão Fortunati revigorou, reforçou, valorizou e consolidou o Orçamento Participativo como um instrumento real da participação da luta popular. E as obras que estão no Plano, sim, vão acontecer! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Dr. Thiago Duarte está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Ilustre Presidente, ilustres colegas Vereadores e Vereadoras, meus senhores e minhas senhoras, através de sua Liderança, à Bancada do PDT com assento nesta Casa legislativa cumpre o dever cívico de assinalar o inusitado constrangimento desferido contra a honrada Magistratura gaúcha e contra a própria sociedade rio-grandense. Sabidamente, em dezembro último, o colendo Tribunal Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul elegeu democraticamente o seu Presidente, os seus três Vice-Presidentes e o seu Corregedor-Geral da Justiça para o biênio 2012/2013, os quais foram regularmente empossados - eu estava lá - a partir das 14h30min do dia 1º de fevereiro do fluente, perante o órgão máximo da Justiça Farroupilha.

Surpreendentemente, senhores, quatro horas após efetivadas as posses, fez-se pública a concessão de medida liminar por Ministro do Supremo Tribunal

Federal, anulando aquele ato jurídico perfeito então consumado. Apesar de o século XXI consagrar a revolução da informática, em plena idade da eletrônica, a Suprema Corte Nacional demonstrou ignorar os mais mezinhos e rudimentares recursos de comunicação social tais como a telefonia fixa, a telefonia móvel, a automação, os meios computadorizados, os veículos cibernéticos ou temáticos e outros tantos, hoje acessíveis a quaisquer infantes da mais tenra idade. Assim, bastava a obtenção de informações acerca dos fatos já desenvolvidos em Porto Alegre para que não se fulminasse a cautela, tornando então esse decisório provisional tempestivo, prudente e consequente. Contudo, o desprezo pelo zelo forense transformou a liminar concedida em uma providência esotérica e inócua assemelhada a uma grande concha do mar. Quando o surfista carrega a concha do mar para longe da praia e a encosta em seu ouvido, ela murmura intensamente, parecendo conter o oceano no seu interior. Porém, é um ledô engano: a concha só murmura, porque é oca!” Na hipótese, o bom senso impunha um acurado e prévio exame a respeito dos possíveis efeitos da melancólica liminar em questão, já que a liminar não se justifica, porque não havia perigo da mora e porque não havia prejuízo da fumaça do bom direito. Até porque o princípio da boa-fé, o princípio da legalidade administrativa, o princípio da idoneidade ético-jurídica, o princípio da probidade funcional militavam em favor dos injustiçados atingidos pela estranha provisionalidade.

Houvesse prudência superior, a medida liminar jamais poderia ter sido coletiva, mesmo porque, dos cinco magistrados eleitos, apenas um deles é supostamente mais moderno do que o proponente da ação reclamatória. Logo, a decisão atacada somente poderia alcançar o menos antigo, tornando-se, assim, individualizada. Aliás, na administração em geral, é ancião o respeito ao princípio da responsabilidade individualizada enquanto método de distribuir justiça! Atônica, em face da verdadeira “bofetada no Rio Grande”, referida pelo Dr. Miguel Tedesco, a comunidade gaúcha assiste aos lastimáveis episódios que vitimam o seu venerável Poder Judiciário, produzindo, entre outros desmandos, o escancarado comprometimento do princípio da segurança jurídica, devido a cada cidadão desta terra.

Em verdade, o desolador quadro enfrentado demonstra quão de mentira é nossa falsa Federação, tragicamente situada nos umbrais do faz de conta. Por certo, tamanhas contingências fenestras põem a descoberto a polemização quanto à forma antidemocrática, discricionária e paternalista das escolhas dos Ministros dos Tribunais Superiores do Brasil, cuja sagração nem sempre recai nos mais sábios, preparados e competentes operadores... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, eu não pedi um aparte ao Vereador que fez o pronunciamento anterior porque, conhecendo o Regimento, sei que não cabia aparte nesse momento, ele estava em Comunicação de Líder. Mas eu quero pedir vênias a ele para que me ofereça sua concordância, para que eu possa, como Líder do Democratas, subscrever o seu pronunciamento, pelo seu mérito e pelo seu fundamento. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Muito bem, Ver. Reginaldo Pujol.

(16h21min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PLE nº 047/11. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLE nº 047/11.

O SR. ADELI SELL: Meu caro Presidente, Ver. Haroldo de Souza; colegas Vereadoras e Vereadores, em boa hora a municipalidade nos propõe uma adesão ao Fundo de Desenvolvimento das Cidades. Nós, que começamos e trabalhamos a ideia das mercocidades, que fizemos articulações com a reunião de autoridades locais, se eu estou bem lembrado, em 2001, durante o primeiro Fórum Social Mundial, uma magnífica reunião, Ver. Dib, num hotel ao lado do Aeroporto, dezenas de autoridades locais estiveram presentes, fizemos um

grande debate sobre o quanto é importante que as cidades troquem ideias entre si.

O Presidente da Casa, dias atrás, procurou os Vereadores para discutir alguns temas, dentre eles, o Código de Polícia, ou como dizemos no Brasil, o Código de Posturas, e foi uma experiência interessante. Nós assistimos a uma palestra de um Professor, de um colaborador, colombiano, e nós queremos, inclusive, visitar Bogotá para conhecermos a experiência da cultura cidadã. Acho que é extremamente importante que possamos trocar ideias sobre essas questões.

No mundo da chamada sustentabilidade, onde mais se fala dela, do que se pratica, Ver. Todeschini, inclusive, neste verão, em Porto Alegre, nós vimos o gasto, o abuso, com o desperdício de água, que um dia faltará, e já está faltando em várias partes do Brasil e do mundo; o Brasil tem muita água, mas vejo que o grande problema está exatamente no gasto que se tem em tratá-la aqui, e desperdiçá-la aqui mesmo, mais do que nunca. E até vou conversar isso com os companheiros que dirigem a Corsan, da utilização do excesso de cloro e de outros materiais utilizados na água aqui, o que no fundo prejudica a saúde das pessoas.

Então, a troca de experiências internacionais entre prefeituras, entre municipalidades, é extremamente importante. O que nós queremos, Ver. Dib, é saber um pouco mais ...

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Por favor, nós temos um orador na tribuna, então, solicito silêncio e a atenção dos nobres Pares. Obrigado.

O SR. ADELI SELL: O Projeto, talvez, não tenha muito interesse, mas eu acredito que a minha fala não esteja sendo contundente, ou não tenha profundidade para que venha captar a atenção dos meus colegas Vereadores. Voltando ao tema, Ver. Todeschini, é extremamente importante que esta Câmara de Vereadores, Ver. Elói Guimarães, possa ter o acompanhamento da formação desse Fundo. Nós somos favoráveis, evidentemente, à criação e adesão a esse Fundo. Agora, como ele será constituído, qual a parte da nossa contribuição como municipalidade, e como nós vamos nos integrar como força que possa decidir sobre os rumos desse mesmo Fundo? Ver. João Antonio

Dib, nenhuma cidade pode ficar isolada. Não há como fazer um Governo de cidade pela cidade. Hoje em dia, como diz o escritor americano Tomas Friedman, o mundo é plano, ou seja, nós estamos interconectados, as ligações são instantâneas, e nós precisamos estar atentos a esse novo mundo, porque, além de plano, o mundo está lotado, está quente, ou seja, há uma superpopulação e nós temos graves problemas climáticos. Quem sabe uma das questões seja o debate, a discussão sobre o clima em Porto Alegre na Região Metropolitana. Inclusive, sugeri, há mais de um ano, à Mesa anterior à Ver.^a Sofia Cavedon, à presidência do companheiro Ver. Nelcir Tessaro, fazer o debate sobre a questão do clima na Região Metropolitana, porque é impossível fazê-lo em uma cidade só. Portanto, eu, pessoalmente, sou favorável... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Ver. Haroldo de Souza): Apregoo a Emenda nº 02 ao PLE nº 047/11, que autoriza o Município de Porto Alegre a aderir ao Fundo Municipal de Desenvolvimento de Cidades. (Lê.): “Altere-se a redação do parágrafo único do art. 1º do PLE nº 047/11, conforme segue: art. 1º... Parágrafo único, o Município de Porto Alegre contribuirá com uma conta anual definida pela diretoria do FMDC, a qual, no exercício de 2011, será de € 10.000,00 (dez mil euros), correspondendo a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Justificativa, da tribuna”. Essa Emenda é de autoria do Líder do DEM, Ver. Reginaldo Pujol.

O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para discutir o PLE nº 047/11.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, recebo também com simpatia essa proposição, porque Porto Alegre tem a marca, ainda mais nos últimos tempos, de ter se transformado numa cidade cosmopolita. E foi na Administração Popular, Ver.^a Sofia, que Porto Alegre se transformou numa cidade cosmopolita. O Orçamento Participativo representou a possibilidade de Porto Alegre se apresentar para o mundo, mas também houve iniciativas importantes na área

da tecnologia, com as cidades organizando seus mercados em rede, com o Mercocidades, Ver. Adeli, com o Porto Alegre Tecnópole, possibilitando uma inserção distintiva de nossa Cidade. Por isso ela se tornou uma cidade conhecida e destacada no mundo todo. Passou um período aí de seis anos em recesso, praticamente nada aconteceu, mas felizmente agora volta a acontecer, Ver. Idenir. É bom, e nós temos que aplaudir, porque o mundo moderno é também o mundo que se move pelos mercados, e as cidades são pontos de afirmação, de organização e de relações com as outras cidades do mundo.

Por isso incluir Porto Alegre nessa parceria, nesse Fundo para compartilhar, para dividir, para criar, acima de tudo, a ideia de desenvolvimento das cidades é bem-vindo.

O Sr. Idenir Cecchim: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Todeschini. Queria cumprimentá-lo pelo pronunciamento, o Ver. Adeli Sell também, pela coerência, e eu tenho que elogiar o Governo do PT que fez essas relações, o Mercocidades...

O SR. CARLOS TODESCHINI: O Porto Alegre Tecnópole...

O Sr. Idenir Cecchim: Exatamente. Então, esses tipos de relacionamento fizeram muito bem os governos de Vossa Excelência, e o Governo Fortunati e o Governo Fogaça estão dando seguimento. Eu acho que isso é muito importante, cumprimentos pelo pronunciamento!

O SR. CARLOS TODESCHINI: Quero fazer um destaque aqui: mais o Governo Fortunati, porque estava muito parado, tenho que reconhecer isso. Mas os efeitos do Porto Alegre Tecnópole são sentidos no mundo. É só ir até a PUC e conhecer o trabalho desenvolvido por eles em termos de tecnologia. PUC e UFRGS conseguiram conquistas extraordinárias no relacionamento do mundo tecnológico e científico. Veja, por exemplo, o Cientec. O Cientec é fruto dessa época, e também outras tantas iniciativas, como na área da química fina, do petróleo, da medicina, inúmeras iniciativas poderosas. Então, eu penso que

esse é um Projeto que merece apoio, as cidades estão cada vez mais internacionalizadas, e Porto Alegre tem que se afirmar como uma cidade cada vez mais cosmopolita, cada vez mais universal e cada vez mais avançada, capaz de liderar processos que interajam com outras cidades importantes do mundo. Obrigado pela atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLE nº 047/11.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; no microfone de apartes, o Ver. Idenir Cecchim cumprimentou os integrantes da Bancada do Partido dos Trabalhadores que já se manifestaram em apoio a esse Projeto de Lei de autoria de S. Exa., o Sr. Prefeito Municipal José Fortunati. Disse mais o Ver. Idenir Cecchim, disse que era uma coerência da Bancada petista relativamente à matéria. Eu acho que a coerência só não se justifica quando fundamentalmente a gente é esclarecido sobre alguns fatos que naturalmente não devam merecer a manutenção das nossas posições preestabelecidas, o que seria alguma forma de preconceito. Mas, no caso concreto, eu quero dizer ao Ver. João Antonio Dib, Líder do Governo, que hoje de manhã ainda teve a oportunidade de ouvir algumas ponderações nossas, que eu devo a minha posição, no presente momento, a duas pessoas fundamentalmente: devo ao Ver. Idenir Cecchim e ao Dr. Lotário Skolaude, ex-Secretário de Planejamento deste Município. Ao Ver. Idenir Cecchim porque me dizia, com muita clareza, do retorno desse custo que, no ano passado, foi de €10 mil, e que eu deixei afixado, inclusive, aqui numa Emenda, já que a Emenda nº 01, do Ver. Dib, faz retroagirem os efeitos a 2011, o que está muito correto, e, em 2011, já dizia a Exposição de Motivos que seriam €10 mil. Então, V. Exa. me disse hoje, na reunião de Lideranças, que os retornos são muito maiores do que aquilo que o Município passará, a partir de 2011, a despender com a sua associação a esse Fundo. E eu me lembrei, Ver. Dib, do Lotário Lourenço Skolaude, então Secretário do Planejamento, que um dia me pediu que eu fizesse uma planilha para ver quanto o BNH estava desembolsando em

financiamentos para o DEMHAB naquele momento. E, após conferir, disse: “Está ótimo, continua, é três vezes mais do que nós estamos pagando para eles”. Então, acho que o custo-benefício nesse particular tem que existir, porque o Brasil está correndo um grave risco. Nós estamos posando para o mundo como rico, ricaços, e, com isso, já tem gente na Inglaterra, por exemplo, dizendo que não tem que contribuir com os fundos de combate à miséria no Brasil — até agora, aparentemente, eles contribuem — se nós somos mais ricos do que a Inglaterra. Por que eles vão contribuir para combater a pobreza aqui? Nós temos que internamente resolver.

O mesmo eu diria: por que temos que financiar coisas no mundo inteiro, quando nós temos internamente necessidade de, a todo momento, buscar empréstimos externos. Ora, se a associação a esse Fundo facilita esse acesso, eu acho uma política inteligente e por isso eu apoio integralmente a proposta a ponto de ter, inclusive, me comprometido ao apresentar uma Emenda, o que, mais do que compromisso, é integração no processo de discussão e posterior votação.

Por isso, Presidente, eu quero, dentro do tempo que me é deferido regimentalmente e, de acordo com V. Exa., rigorosamente dentro dos cinco minutos, fazer esta manifestação de integração com a proposta do Governo, com o compromisso prévio de votá-la afirmativamente, pugnando pela sua aprovação. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol.

O Ver. Elói Guimarães está com a palavra para discutir o PLE nº 047/11.

O SR. ELÓI GUIMARÃES: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, trata-se de uma iniciativa e de um Projeto que, eu diria, consulta a contemporaneidade.

O mundo internacionalizou-se, não só com relação à produção, à tecnologia e aos avanços. Nas cidades, principalmente nas cidades em que hoje residem dois terços do mundo - isso vale para o Brasil e para qualquer parte do

mundo -, hoje, estão concentrados os grandes espaços de consumo, de desenvolvimento e de realização da própria vida. Então, o Projeto é de uma importância muito grande. Agora, o Ver. Reginaldo Pujol trouxe a questão do País, da imagem que está se produzindo do nosso País. É bom que se diga que é positivo também. Somos a sexta economia mundial, ultrapassamos o Reino Unido. Isso é um fator importante. Agora, isso aí faz com que não se esgote a questão. Se nós colocarmos os níveis de vida, nós estamos lá entre a centésima economia, por assim dizer, na questão da participação de qualidade de vida.

O Produto Interno Bruto, por si, é importante, sem isso nós não vamos conseguir atingir aquilo que efetivamente não está sendo atingido em nosso País, que é exatamente a distribuição, a participação da Nação nesse Produto Interno Bruto, porque nos coloca entre os cem países.

Mas este Projeto é extremamente importante, é preciso que nós, a Câmara, enquanto cidade, enquanto Município, participe deste debate. E o Fundo cria um organismo capaz de fazer com que se façam os câmbios, sob todos os aspectos, não só no campo da economia, no campo da tecnologia, mas no campo do conhecimento principalmente, porque são experiências vivenciadas, conhecimento praticado em diversas partes que nós também haveremos de oferecer, mas haveremos de receber, em contrapartida, no sentido de atingirmos as finalidades da própria cidade, que é o bem-estar dos munícipes, o bem-estar da população. Portanto, é um bom Projeto e nós queremos cumprimentar o Executivo pelo encaminhamento da presente matéria. Trata-se de um tema amazônico. Evidentemente, o tempo está terminando, mas nós queremos registrar a importância e a significação do presente Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Elói Guimarães continua a sua manifestação de discussão do PLE nº 047/11, a partir deste momento, por cedência do Ver. Alceu Brasinha.

O SR. ELÓI GUIMARÃES: Agradeço a V. Exa. e, em especial, ao Ver. Alceu Brasinha e faço, das minhas, as suas palavras, no sentido de continuar examinando, Ver. Reginaldo Pujol, esta matéria, este Projeto de Lei

extremamente importante, porque os que contribuem ao Fundo participarão, evidentemente dos debates e discussões no sentido de fazer os intercâmbios importantes e necessários ao desenvolvimento de suas cidades, ao desenvolvimento de suas atividades, nos mais diferentes campos, do ponto de vista institucional, do ponto de vista mercadológico, enfim, do conhecimento, aos avanços que determinadas cidades vêm atingindo na questão ligada principalmente à questão da segurança, embora cada cidade, cada espaço tenha as suas causas determinantes neste ou naquele aspecto, mas há avanços no mundo, em cidades do mundo que nós podemos acessar e podemos intercambiar experiências, principalmente na questão da segurança pública, Ver. Luiz Braz. É o caso de Nova York, por exemplo - seria um caso, apenas, quando se fala em termos de segurança pública, em termos de tantas outras atividades. É o princípio da cooperativa que está inserido nessas questões que envolvem uma participação globalizada, naquelas questões que interessam, que dizem com o interesse das nossas populações. Porque as cidades existem - as sociedades, as instituições -, só têm uma razão de ser: para buscar o bem comum; para buscar, exatamente, com que se atinjam as finalidades em razão de ser da própria dignidade humana, enfim.

Portanto, é uma iniciativa que haverá de merecer a unanimidade da Casa, Ver. Alceu Brasinha, porque se trata de abrir uma janela no sentido de intercambiar práticas, cultura, enfim, tecnologias, no sentido de vencermos as barreiras e as dificuldades que, muitas vezes, enfrentamos, ora por falta de recursos, ora por falta de conhecimento praticado, ou seja, de experiências que as cidades poderão oferecer reciprocamente. Nós também temos avanços que poderemos oferecer nessa verdadeira cooperativa que se pretende, a partir dessa autorização, se vencer. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Carlos Todeschini reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 047/11.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente, fiz questão de vir à tribuna porque eu entendo que essa iniciativa, por mais incipiente que seja e, provavelmente, com pouquíssimos recursos no início, é uma grande medida das cidades que se propõem a colaborar para resolver problemas. Hoje, eu estava lendo, inclusive, Ver. Brasinha, que o Rio de Janeiro triplicou o seu Orçamento neste ano com o Prefeito Eduardo Paes, por investimentos do Governo Federal, por projetos diferenciados – é verdade que lá ocorrerá a Copa, ocorrerão as Olimpíadas, mas o mesmo está acontecendo com Porto Alegre. O volume de investimentos não está ligado ao Orçamento sistemático da Prefeitura e, sim, à capacidade da Prefeitura de aproveitar as oportunidades que o Governo Federal está oferecendo, e que esperamos tenha capacidade de desdobrá-lo. Na perspectiva, por exemplo, da duplicação da Av. Tronco, onde há, na frente, 1.600 famílias para as quais sequer os terrenos da Av. Tronco foram definidos para construção de casas populares. Mas como é importante que esses aportes externos ao Orçamento sejam ofertados para a cidade de Porto Alegre! Então, eu acho bem importante participar do Fundo. Agora, eu tenho aqui que referir que o Fonplata, há dez anos, começou a investir recursos no Programa Entrada da Cidade, Ver. Cecchim, tanto que está aí o Loteamento Santa Terezinha, a antiga Vila dos Papeleiros. E parou por aí! E teve mais a Mário Quintana. E lá estão quatro vilas aguardando a utilização dos recursos do Fonplata! E eu perguntava, no DEMHAB, esta semana, em função de outra pauta, em pé que estão os projetos do Programa Integrado da Entrada da Cidade para usar recursos de fora, e me informava o Secretário em exercício, Ver. Braz, que talvez façam os estudos, porque a SMAM está exigindo, porque nos terrenos têm lixo enterrado. Mas essa fala é de um, de dois, de três anos atrás! O Programa Integrado Entrada da Cidade está atrasadíssimo! São recursos não aproveitados, famílias numa miserabilidade em torno da nossa Arena, Ver. Brasinha, com recursos do Fonplata. Então, eu acho, sim, que o Governo Municipal deve entrar, porque eu acho, sim, que a população deve saber que há recursos, porque tendo projeto, capacidade técnica, prioridade política, esta Cidade pode resolver os seus problemas! Agora, com essa incompetência que está instalada - e eu quero mostrar vários elementos dela - ,

e quero que esse PIEC me convença que não é incompetência. Nós não vamos aproveitar sequer os fundos federais!

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte?

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador Brasinha, eu lhe concedo o aparte.

O Sr. Alceu Brasinha: Obrigado, Ver.^a Sofia Cavedon. Eu acho que a senhora está equivocada, Vereadora. Por quê? A senhora falou na Av. Tronco. Realmente, já existem uns três terrenos, inclusive o Ver. Adeli tem debatido intensamente esse assunto, e eu até acompanhei o Ver. Adeli algumas vezes. Mas o grande problema é que acontece nas grandes cidades. E tenho certeza absoluta que o nosso Prefeito tem a melhor intenção de resolver, e a senhora pode ter certeza absoluta que vai ser resolvido! Isso é Prefeito e Governo que pensam para frente!

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador Brasinha, eu acho que o Governo está bem de discurso com os projetos da Copa, mas muito mal de planejamento, porque as famílias da Av. Tronco, Ver. Brasinha, não tinham financiamento em lugar nenhum para reassentá-las. E eu participei de uma reunião com a Ministra das Cidades, que disse que vamos usar o Minha Casa, Minha Vida. Mas o Governo vai pagar a parte de cada cidadão, porque nós é que estamos mexendo neles lá. Ou seja, não tinha alternativa. Anuncia que vai duplicar a Av. Tronco, prevê que vai duplicar, e não tem alternativa e muito menos diálogo com a população para encaminhar a vida daquelas pessoas que têm que ser tratadas com dignidade. Então, falta planejamento... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Apregoo a Emenda nº 03 ao PLE nº 047/11 (Lê.): “Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo: qualquer outra destinação de recursos, além da taxa de adesão de que trata a presente lei, terá que ser precedida de autorização do Legislativo Municipal de Porto

Alegre”. Justificativa, da tribuna. Assinada pelos Vereadores Pedro Ruas, do PSOL, e Maria Celeste e Engenheiro Comassetto, do PT.

O Ver. Sebastião Melo está com a palavra para discutir o PLE nº 047/11.

O SR. SEBASTIÃO MELO: Sr. Presidente, Ver. Todeschini; meus caros Vereadores e minhas caras Vereadoras, eu participei na inteireza do último Congresso Mundial da Metropolis, aqui em Porto Alegre. Pedi licença aqui da Casa e inclusive nesse ato eu estava presente. Eu estou vendo aqui alguns equívocos e quero tentar contribuir. Primeiro, essas cidades da Espanha e de outros países têm experiências milenares em algumas questões urbanas, Ver. Pujol. Porto Alegre está aderindo para poder fazer parte das experiências que essas cidades ao longo do tempo foram elaborando. E segundo essas cidades, existem hoje muitos milhões de recursos disponíveis na iniciativa privada que podem ser aportados para obras públicas. Mas que Porto Alegre, por falta dessa expertise, não tem conseguido. Qual é a grande fonte de financiamento do nosso Município? O Governo Federal, através da Caixa Econômica; o BNDS; o Fonplata, que é o órgão que muito nos abastece em Porto Alegre; o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID.

O que esta lei está permitindo é a adesão a esse processo elaborativo de troca de experiências e de projetos. Vamos imaginar que um grupo técnico de Porto Alegre viaje para Madri e lá fique trabalhando em um projeto que tem semelhança conosco. Bom, esse consórcio vai buscar recursos. E eu quero dizer que, sobre a Emenda que está ali – vou me socorrer de quem é mais antigo do que eu, vou me socorrer do Pujol que é um brilhante advogado, que é da Comissão de Justiça; do Elói Guimarães também, do próprio Dib –, é evidente que, para produzir endividamento, é preciso passar pela Casa! Então eu não preciso dizer na lei que, quando eu for buscar empréstimo, eu tenho que ter autorização legislativa! Isso é da Lei Orgânica. Há uma Emenda, com boa intenção, que diz que todo e qualquer projeto... É evidente que tem que ser!

Eu apenas vim a esta tribuna com esse fito para dizer que acho que é um passo adiante, porque os senhores e senhoras sabem que com os recursos

próprios nós conseguimos cuidar do lixo, da poda das árvores, tapar alguns buracos; e para por aí. Os senhores sabem que, para qualquer obra mediana nesta Cidade, nós precisamos de empréstimo nacional ou internacional. Então, o que a Cidade está produzindo é uma oportunidade a mais, de uma rede metrópole que não tem esse eivamento partidário com que estão preocupados. Eu participei de tantos painéis de troca de experiências riquíssimas da Europa, dos Estados Unidos, da Indonésia, da China, e tinha gente de todos os lados trazendo os mesmos problemas; as soluções podem ser diferentes, por planejamentos e recursos. Então eu diria que Porto Alegre já participa disso. E o tesoureiro desse Fundo é José Fortunati; portanto, é o Prefeito de Porto Alegre que foi escolhido pelo conjunto das cidades no encontro em Porto Alegre.

Espero ter contribuído para dizer que estamos pagando a taxa como se fôssemos nos associar ao Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense ou ao Internacional - cada um de nós paga uma taxa, antigamente se chamava jóia. Agora, a partir da construção dos projetos, vão se buscar empréstimos, Ver. Dib; evidentemente, deve ter autorização legislativa. Mas essa autorização legislativa é desnecessária, porque a Lei Maior na cidade de Porto Alegre é a Lei Orgânica, e a Lei Orgânica resolve essa matéria. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para discutir o PLE nº 047/11.

O SR. NELCIR TESSARO: Sr Presidente, colegas Vereadores, senhores e senhoras, venho a esta tribuna para comentar o Projeto de Lei do Executivo nº 047, de 2011.

Vejo este Projeto como de grande interesse para a cidade de Porto Alegre. É de grande importância para Porto Alegre se associar ao Fundo Mundial de Desenvolvimento das Cidades. Em todas as conferências que acontecem no mundo, principalmente as patrocinadas pela ONU, se discute o problema mais sério do mundo de hoje, que é a exclusão social, a grande exclusão, e a falta de projetos para os assentamentos, quando, a cada dia, mais e mais pessoas

estão aguardando; também o grande problema da mobilidade urbana, principalmente no Brasil, porque, no Exterior, a maioria das capitais se adequaram à quantidade de veículos em circulação. Acho muito importante essa troca de experiências e, principalmente, a busca de projetos e discussões de projetos, porque hoje Porto Alegre sequer tem projeto para as nossas ilhas, para as quais tanto clamamos por solução; a cada inverno, a nossa Defesa Civil vai lá e atende a todas aquelas famílias, mas é tudo paliativo, porque quando passam as enchentes, espera-se para resolver o problema no ano seguinte. Os projetos visando a solução não foram buscados; talvez agora, em parceria com técnicos de outros países, possamos fazer isso.

Nós temos em Porto Alegre, já aprovado, o Plano Municipal de Habitação, que, na prática, é um Plano que não está ali determinando ou adequando como se faz para promovermos o assentamento ou o reassentamento ordenado nesta Cidade. Nós vimos, hoje pela manhã, famílias que ocuparam terrenos na Estrada Retiro da Ponta Grossa justamente para tentar buscar a sua casa própria, e lá clamavam para que fosse organizada a entrega de moradia social para as famílias em Porto Alegre.

Nós temos uma legislação aprovada por esta Câmara de Vereadores, e, por isso, hoje essas famílias justamente estavam lá brigando, para que as moradias construídas na Zona Sul sejam prioritariamente para atender as famílias necessitadas da Zona Sul. Hoje, isso não acontece, Ver. Tarciso: para as construções de habitação na Zona Sul são as da Zona Norte que vão, ficando as famílias da Zona Sul excluídas, sendo cada vez mais e mais jogadas até o Lami.

O Sr. Tarciso Flecha Negra: Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Tessaro. Bela fala, Tessaro. Vereador, há seis anos eu trabalho na Ponta Grossa com a escolinha e há dois anos eu venho pedindo para legalizar o pessoal dali da Ponta Grossa, pedindo para que as ruas tenham asfalto, que os esgotos tenham encanamento. Isso é o mínimo que se pode dar para aquela população. Obrigado. Bela fala, Vereador.

O SR. NELCIR TESSARO: Obrigado, Ver. Tarciso, justamente. Por isso eu digo que temos que pensar grande e temos que projetar Porto Alegre, e , se tiver que buscar no Exterior, como esse projeto aqui que busca uma parceria para buscar técnicos para fazer com que Porto Alegre possa minimizar essa situação, isso é muito importante. Porto Alegre precisa de um projeto, Ver. Cecchim, que conhece muito bem a nossa Zona Norte, o Arroio Feijó, o Timbaúva e tantos outros, um projeto que atenda toda a Cidade e não fique, paliativamente, atendendo bairro por bairro, situações pontuais, não tendo um projeto para a construção de uma Porto Alegre para os próximos dez anos. Obrigado, senhoras e senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para discutir o PLE nº 047/11.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Prezado Presidente Carlos Todeschini, no exercício dos trabalhos; colegas Vereadores, Vereadoras, senhoras e senhores, sobre a essência do Projeto apresentado, creio que não há nenhuma divergência. Inclusive, quero aqui fazer algumas considerações. Primeiro, a Rede Metropolis, que é essa entidade internacional, foi criada em 1985, e, desde o ano 2004, o Município de Porto Alegre já participa da Rede Metropolis. Ver. Sebastião Melo, a nossa permissão não é para participar da Rede, Porto Alegre já participa da Rede desde 2004; o que foi decidido, lá no seu conselho internacional, foi a criação de fundo de manutenção. Neste caso, para Porto Alegre aderir ao fundo, aderir com recursos ao fundo, porque ela já faz parte dessa constituição. E, aí, o que temos que analisar aqui? Creio que o Projeto como veio mantém um equívoco, e a sugestão da Emenda construída é para corrigir esse equívoco.

Veja só, Ver. João Antônio Dib e demais colegas: há um consenso aqui de que participar da Rede Metropolis, das experiências internacionais das cidades com mais de um milhão de habitantes, para que haja troca de experiências, de projetos, de qualificação, de gestão, de planejamento, de referência mundial, é positivo, e iremos, sim, apoiar. E a criação do Fundo também. Agora, da forma

que está sendo proposto... O que diz? (Lê.) “Fica o Município de Porto Alegre autorizado a aderir ao Fundo Mundial de Desenvolvimento de Cidades, aportando recursos anuais para a sua constituição”. E o parágrafo 1º diz o seguinte (Lê.): “O Município de Porto Alegre contribuirá com uma quota anual definida pela Diretoria Mundial do Fundo”. Portanto, nós estamos, neste caso, assinando um cheque em branco, não sabemos de quanto será o recurso. O que estamos dizendo? Que se adere. E se a Diretoria do Fundo decidir que o recurso é de 5 milhões? Cabe no nosso orçamento? Mas não está dito no Projeto, Ver. João Antonio Dib. O que está dito aqui é que estamos aprovando um projeto aceitando a cota definida pela direção do Fundo Mundial, e nós estamos dizendo que sim, mas que o recurso tem de ser aprovado aqui por este Legislativo Municipal, no cronograma do Orçamento, o que é comum ser feito todos os anos. O ideal seria que o Prefeito mandasse, no Orçamento, um valor fixo para a participação no Fundo Mundial Para o Desenvolvimento de Cidades.

Então, esta é a questão da proposta da Emenda que foi construída e que vem, no nosso ponto de vista, a ajudar o Projeto, porque não podemos deixar que a definição de uma taxa a ser paga pelo Município seja definida pelo Fundo Mundial; nós ficamos com um cheque em branco para que o Fundo diga: “Bom, este ano, podem ser 500 mil”. Se a diretoria disser isso, meu querido Ver. Antonio Dib, está aprovado, é lei, uma lei aprovada por todos nós. Então, esta é a correção que estamos sugerindo. Muito obrigado, um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): A Ver.^a Maria Celeste está com a palavra para discutir o PLE nº 047/11.

A SRA. MARIA CELESTE: Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu estava questionando os Vereadores, especialmente os do Governo, sobre o teor deste Projeto, pois eu não estava compreendendo, Ver.^a Sofia, no início da discussão, por que haveria necessidade de a Câmara Municipal de Porto Alegre autorizar o Executivo local a aderir ao Fundo Mundial para o Desenvolvimento das Cidades. Não estava

compreendendo, principalmente pela repercussão financeira de uma taxa anual relativamente baixa, na proposição de um grande evento, de um grande seminário como o que aconteceu em dezembro, o seminário das metrópoles, acontecido aqui na cidade de Porto Alegre; e vários Vereadores tiveram oportunidade de participar do debate, de trocar experiências com cidades como Bogotá e tantas outras no sentido de visualizarmos os problemas das grandes metrópoles e também de buscar soluções conjuntas, soluções comuns no que tange especialmente ao tema da segurança, da Saúde pública, dos grandes desafios que o gestor público tem que ter no seu dia a dia para dar conta de uma demanda cada vez mais crescente dos serviços de uma cidade. Eu não estava compreendendo por que a Câmara deveria ou teria de autorizar o Município a essa adesão. Depois fui alertada pelo Ver. Sebastião Melo, nosso sempre Presidente desta Casa, no sentido de que há necessidade dessa taxa cobrada para adesão ao Fundo. É uma taxa relativamente pequena mas também, ao longo desse processo, a Cidade, estando habilitada nesse Fundo, poderá, através de uma relação de uma espécie de um consórcio com as demais cidades, estabelecer projetos relativamente grandes de financiamentos, de investimentos comuns às cidade participantes desse Fundo. Portanto aí, sim, levantou-se, para nós, uma dúvida e uma preocupação: ora, se o Prefeito encaminha para cá um projeto de lei pedindo uma autorização para aderir a esse Fundo, mais importante será virem para esta Casa os projetos que determinem valores, ações de investimento muito mais contundentes, muito maiores do que simplesmente essa taxa anual que está prevista do Projeto. Com essa preocupação, Ver. João Antonio Dib, nós apresentamos uma Emenda que diz que qualquer outra destinação de recurso, além da taxa de adesão de que trata o presente Projeto, terá que ser preenchida de autorização do Legislativo Municipal de Porto Alegre.

Então nós vamos, sim, autorizar o ingresso de Porto Alegre a esse Fundo, autorizar essa adesão a essa taxa anual, mas, mais do isso, nós queremos, sim, que esta Casa tenha a possibilidade de analisar os projetos de investimento, os recursos que estarão sendo aportados nesses projetos, habilitando as cidades para participação nesse Fundo. Essa é a nossa grande preocupação, para além de simplesmente a taxa de adesão, Ver. João Antonio

Dib. Por isso nós apresentamos essa Emenda, eu, o Ver. Pedro Ruas e o Ver. Engenheiro Comassetto, para que possamos, então, efetivamente trazer para a Câmara Municipal o grande debate dos projetos e investimentos para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir o PLE nº 047/11.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, primeiro quero fazer uma saudação a todos os colegas, desejando um ano de muito trabalho, de grandes realizações neste novo ano que se inicia, na Câmara de Vereadores.

Este Projeto pode parecer muito simples e precisa, sim, da autorização da Casa, porque tem um valor a ser pago, e esse valor, podemos até dizer, é simbólico. Mas a grande vantagem disso é que inclui Porto Alegre, que já tem essa tradição de fazer parte da rede mundial das grandes cidades, das grandes metrópoles, que têm, por sua vez, problemas parecidos.

Durante quatro anos, eu tive a oportunidade de ser o representante do Brasil no Comitê Latino-Americano de Parlamentares Municipais. E, ao longo desse tempo, a gente aprendeu a ver que os problemas das cidades são muito parecidos; muitas vezes nós, seres humanos, brigamos tanto por etnias, brigamos tanto por geografia, mas na realidade os nossos problemas são semelhantes. E o que nós temos cada vez mais que aprender é de tratar bem e cuidar dos nossos semelhantes.

Muitos aqui vislumbram que esse fundo pode trazer benefícios em termos de pecúnia para Porto Alegre. Olha, hoje, talvez não seja dessa forma, até porque a situação em que o Brasil vive hoje não faz com que os países, as cidades queiram investir em Porto Alegre, porque há uma visão diferenciada no Brasil. Mas, na realidade, a grande vantagem desse projeto é que permite a troca de experiências, a troca de vivências, o intercâmbio: técnicos de Porto Alegre podem visitar outras metrópoles e técnicos de outras metrópoles podem visitar

Porto Alegre, tentando trazer soluções de pequenos problemas ou grandes problemas que as cidades têm. Então, eu vejo isso como algo bastante salutar. Quando se falou aqui a respeito de Bogotá, eu lembro que durante muito tempo se discutiram situações que estavam sendo realizadas em Bogotá, principalmente a questão dos ônibus, para tentar trazer essas experiências para Porto Alegre. Muitas coisas, em termo de saneamento, foram vistas em outras cidades, trazer para Porto Alegre e vice-versa. Então, o que tem de bom é que Porto Alegre, hoje, faz parte dessa rede das grandes metrópoles.

Um outro depoimento que quero fazer é que, em 2009, eu tive a oportunidade de representar Porto Alegre no COP 15 - o Ver. Todeschini estava lá também -, e Porto Alegre foi uma das cidades signatárias da questão da redução de carbono; 50 cidades fizeram parte, e este Vereador foi representando, na época, o Prefeito José Fogaça, e nós assinamos o nosso compromisso com a redução de gases e efeitos na nossa Cidade. Então, isso mostra cada vez mais que o mundo quebrou os paradigmas de etnias, quebrou cada vez mais o paradigma de fronteira, mostrando que o ser humano é o mesmo, independente de onde mora, onde nasceu, da sua cor, da sua religião. Cada vez mais o ser humano tem que ser solidário e aprender que cada um tem algo de bom para oferecer, e nós também podemos oferecer alguma coisa para o outro. E é dentro dessa visão que essa rede de grandes cidades trabalha, ou seja, com o intercâmbio para facilitar a vida dos nossos povos. Então, nesse entendimento, só temos que parabenizar o Projeto, e vou votar favorável a ele. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para discutir o PLE nº 047/11.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Ver. Carlos Atílio Todeschini, na presidência dos trabalhos; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, como sempre serei muito breve e objetivo. Tudo que pretende esse Projeto de Lei do Prefeito está na Exposição de Motivos (Lê.): “A Prefeitura de Porto Alegre é membro da Rede Metropolis, entidade internacional criada em 1985 que acumula as experiências

das cidades de mais de um milhão de habitantes que tenham como interesse a troca de informações e criação de soluções focadas nos grandes assentamentos urbanos mundiais.” É tudo o que pretende o Projeto, a autorização legislativa para que o Executivo integre esse Fundo e que, no ano de 2011, quando deveria ter sido aprovado o Projeto, o valor dessa contribuição é de € 10.000,00. Porto Alegre faz parte da direção do Fundo Internacional. É tudo quanto é pretendido - nada mais, nada menos que isso. Portanto, acho que está na hora de votarmos, aprovarmos e batermos palmas para que o Prefeito possa buscar informações e conhecimento de outras cidades que sofreram problemas que não precisaremos sofrer sabendo do sofrimento dos outros. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Em votação o PLE nº 047/11. (Pausa.) Não há quem queira encaminhar.

Em votação a Emenda nº 01 ao PLE nº 047/11, de autoria do Ver. João Antonio Dib. (Pausa.) Não há quem queira encaminhar. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA** por unanimidade.

Em votação a Emenda nº 02 ao PLE nº 047/11, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) Não há quem queira encaminhar. Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA** por unanimidade.

Em votação a Emenda nº 03 ao PLE nº 047/11. (Pausa.)

O SR. PEDRO RUAS (Requerimento): Nós não deveríamos ter começado – não vou impugnar nada – pela Emenda nº 03 e não pela nº 01? (Pausa.) Nesse caso, já que não é possível encaminhar a votação da Emenda nº 03 por não estar destacada, solicito que seja feita votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Pedro Ruas solicita votação nominal para Emenda nº 03 ao PLE nº 047/11. (Pausa.) Está sendo solicitada a leitura da Emenda. (Pausa.)

(Procede-se à leitura da Emenda nº 03 ao PLE nº 047/11.)

O SR. PEDRO RUAS: O Ver. João Dib pede nova leitura da Emenda. Se for necessário, posso esclarecer qualquer ponto dela.

(Procede-se à leitura da Emenda nº 03 ao PLE nº 047/11.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, a Emenda nº 03 ao PLE nº 047/11. (Pausa.)

O SR. SEBASTIÃO MELO: Para ratificar, isso se chama “emenda chover no molhado”, porque está na Lei Orgânica. Nenhum empréstimo pode ser feito sem a autorização do Legislativo, a não ser que volte a ditadura.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Justificativa por escrito.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Um Requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Só um momento, estamos em votação, eu preciso anunciar o resultado, foi indevida a parte anterior. Vou apregoar o resultado. (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**; 13 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO (Requerimento): Pedimos a renovação da votação, esse é o primeiro ponto. Segundo, Declaração de Voto: discordando totalmente do Ver. Sebastião Melo, votamos a favor da Emenda, porque esta Câmara deve dar transparência a qualquer projeto orçamentário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O seu Requerimento deve ser feito por escrito e será examinado pela CCJ. (Pausa.) Ver. Luiz Braz, o Projeto está em votação.

O SR. LUIZ BRAZ: Está correta a decisão de Vossa Excelência. Eu só vim aqui porque não caberia um Requerimento antes de terminar o processo de votação. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): De todas as partes.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLE nº 047/11. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**; 2 votos **NÃO**.

(O Ver. Haroldo de Souza reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Em votação o Requerimento nº 003/12, de autoria do Ver. Pedro Ruas.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 003/12.

O SR. PEDRO RUAS: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Vereadoras, Vereadores, nos últimos dias, Ver. Lucio Barcelos, nós tivemos um episódio envolvendo o Tribunal de Justiça, que a todos nós surpreendeu. Hoje falou sobre este tema o Ver. Dr. Thiago, e, na sexta-feira, eu elaborei – e tive hoje a assinatura de vários colegas, Vereadores e Vereadoras – uma Moção de Apoio e Solidariedade ao Desembargador Marcelo Bandeira Pereira. Isso não é pessoal em relação ao Desembargador.

O Desembargador disputou uma eleição pelo comando, pela presidência do TJ, Ver.^a Sofia Cavedon. Explico o que houve: nessa eleição, concorreram três candidatos; dos três candidatos, um teve 66 votos, que foi o Dr. Marcelo, o outro teve 68, que foi o Dr. Aquino, e o outro teve dois votos. Os dois primeiros,

como é regimental, foram para o segundo turno e empataram em 66 votos. Como é regimental, o desempate se deu pela idade. Aquele terceiro, o Ver. Proença, que não foi ao segundo turno, entrou com uma medida judicial dizendo que, se for pela idade, ele é o mais velho. E o Supremo, através do Ministro Fux, aceita a medida cautelar e dá uma liminar, Dr. Tessaro, suspendendo a posse.

Na verdade, é um episódio inacreditável! Diz respeito a nós? Sim, diz respeito a nós, porque, segundo a Lei Orgânica e o nosso Regimento, tudo o que interfira no Estado Democrático de Direito diz respeito aos Vereadores desta Casa. E isso interfere! E isso interfere! É o comando do Poder Judiciário do nosso Estado submetido a uma decisão, no mínimo esdrúxula, inusitada, especial, negativa, no pior sentido da expressão.

A pretensão do Desembargador que teve dois votos poderia simplesmente cair no ridículo e ficar por isso mesmo, mas, no momento em que ela tem uma decisão favorável do Supremo Tribunal Federal, aí nós temos que examinar com mais cautela! E, aí, nós temos que nos posicionar! Não é possível que, numa eleição que se supõe democrática, numa eleição do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, com uma larga tradição de seriedade, competência e capacidade presumida de fazer justiça, nós tenhamos agora que viver esses momentos quando, neste momento, Ver. João Bosco Vaz, hoje, agora, não tem Presidente. O Presidente anterior, o Dr. Aquino, que é Vice-Presidente do Desembargador Leo Lima, aposentado, é quem está presidindo o Tribunal. Vereadora Celeste, isso é inusitado e inaceitável! Inaceitável, absurda a posição do Ministro Fux, que deixou o Rio Grande do Sul numa situação ridícula! Ridícula! Não é possível que tenha ocorrido isso!

Então, esta Moção que apresentamos conjuntamente com diversos Vereadores - e acho que até o Ver. Garcia assinou, se não me engano, mas, se não assinou, deveria ter assinado - parece-me que deve ser aprovada por unanimidade, para mostrar a posição de Porto Alegre e desta Casa, atenta a esses episódios, porque não nos constrange, quando for necessário, criticar qualquer um dos Poderes, incluindo o Poder Judiciário! Mas também não é possível, Dr. Thiago, que, neste momento, fiquemos omissos vendo isso ocorrer, na nossa Cidade, ao nosso lado. E nós, na Câmara Municipal, temos

que ter em relação ao fato uma posição que seja pública, conhecida pelo Judiciário daqui e do País.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Sebastião Melo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 003/12.

O SR. SEBASTIÃO MELO: Sr. Presidente, meu querido amigo, companheiro de caminhada Haroldo Joaquim de Souza, a nossa Bancada - é evidente, Ver. Pedro Ruas - não só dá solidariedade ao Marcelo, que é uma grande figura, mas a toda a sua Diretoria.

Agora, eu diria que tem o lado bom e o lado ruim desta matéria. Este Brasil vive, Ver. Garcia, muitos resquícios da ditadura.

A Lei Orgânica da Magistratura é de 1979, do Governo Geisel! Será que está correto que os juízes não possam ajudar a escolher o Presidente do Tribunal? Será que essa democracia é só para nós? O juiz, que foi concursado, espalhado por todas as comarcas, não pode votar para escolher o Presidente do Tribunal?! Está correto isso, Maria Celeste?

Em segundo lugar, pela Lei Orgânica da Magistratura, só quem pode concorrer são os mais antigos.

A reclamação do Arno Werlang é que ele, sendo dos mais antigos, não concorreu. É a razão da medida liminar concedida pelo Ministro Fux, que ficou com esta matéria durante seis meses na sua gaveta! Imaginem o Sebastião Melo, que vive da advocacia, no balcão, peleando... Então, tem o lado ruim e tem o lado bom. É preciso democratizar o Poder Judiciário!

Nós somos expostos: Vereador saiu no carro, ele tem o Tribunal de Contas que diz: “Bota na fichinha se o senhor foi lá!”. Eu me orgulho da Justiça do Rio Grande, mas não de atos do Poder Judiciário. Quem disse isso não fui eu, foi o Gilmar Mendes, Presidente do Supremo, que até as pedras sabem das maracutaias que tem dentro do Judiciário espalhadas por este Brasil!

Quando a Helena Calmon... Mas é o Tribunal de Contas que pode pedir! Eu quero que todo mundo entre na minha conta e saiba se eu aumentei o meu patrimônio depois de eu ser Vereador. Está aqui, está arquivado, é público,

está no TRE! Agora, juiz não pode mostrar o patrimônio?! Mas que barbaridade é essa, que País é este?!

Quero me solidarizar, ao cubo, ao Marcelo e a toda a sua equipe, mas vai ter “antes desse episódio” e “depois desse episódio”, porque, cá para nós, se é verdade o que questiona o Arno Werlang, também houve empate entre o Aquino e o Marcelo, e o Marcelo ganhou para presidência porque é mais velho. Outro dia estava em uma rádio, de madrugada, e as pessoas não entendiam esse assunto, mas é singelo: o Tribunal não cumpriu a Loman para um; mas para outro, cumpriu. E aí o Ministro dá uma liminar em cima de uma lei que está defasada que, cá para nós, deveria ser mudada, não dá mais. Idade não é posto, posso ser o mais idoso do mundo e não ser bom - não é o caso do Marcelo. Mas será que para chegar à Presidência de uma Câmara, da República, chegar à Prefeitura, tenho que ser o mais velho, Haroldo? Pois é isso que está colocado, é isso que acho que nos enriquece: abriremos essa discussão.

Quero democracia no Tribunal de Contas; quero democracia no Ministério Público, que está precisando de um controle externo, porque vejo um Promotor que não conhece cheiro de povo ir para uma Comarca do Interior, e quando não tem uma internação para dar ao Prefeito, está lá o Promotor querendo botar o Prefeito na cadeia. Vá disputar eleição a Prefeito, rapaz!

A classe política tem sido covarde, muitas vezes, com o Judiciário e com o Ministério Público. Eu presidi esta Casa e sei: aceitaram denúncias anônimas no Ministério Público e no Tribunal de Contas para averiguarem coisas nesta Casa - isso é um vexame! Acham correto, Ver.^a. Sofia, Ver. Elói? O sujeito anonimamente vai ao Ministério Público, faz uma denúncia de compra de dez computadores; é aberto um o expediente, e chamam o Presidente.

Hipoteco a minha solidariedade ao Bandeira, à sua equipe. Mais democracia no Judiciário e viva a decisão do Supremo que disse, sim, que o Conselho Nacional tem poder originário e concorrente para fiscalizar atos dos juizes, porque há Corregedoria por este Brasil afora que acoberta, sim, as maracutaias que têm no Judiciário. Portanto, que bom que os processos no Conselho Nacional passem a ser públicos, para que deem direito de defesa ao acusado. Se for absolvido, o povo quer saber, mas se for condenado, Ver. DJ, o povo

também tem que ficar sabendo. Porque eu não aguento mais o sujeito bater o carro, fugir e não pagar, e o sem-vergonha é o político! O empresário não recolhe imposto, mas o sem-vergonha é só o político! O Judiciário produz barbaridades, mas o sem-vergonha é só o político!

Não, se a classe política não está bem é porque a sociedade não está bem! Nós temos que rever o conceito geral e não querer atribuir: nós não somos um grupo de bondade e nem de maldade. Nesta Casa, como na Assembleia Legislativa e no Congresso, nós somos o estrato da sociedade. Mas não queiram transferir para nós as mazelas da sociedade. Viva a democracia! E solidariedade à equipe do Bandeira! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 003/12.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Meu caro Ver. Pedro Ruas, quero cumprimentá-lo pela iniciativa da Moção de Solidariedade lendo um trecho do artigo do professor de Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Miguel Tedesco Wedy - “Bofetada no Rio Grande” é o título do artigo que ele escreve (Lê.): “A decisão liminar de um ministro do STF que tentou impedir a legítima posse do presidente eleito do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul não foi apenas uma peça de duvidosa qualidade jurídica, mas uma bofetada na Justiça gaúcha. Na cara. Bem no meio da cara. Presentes ao ato estavam as principais autoridades estaduais e, inclusive, algumas federais. Lá estavam representantes do Ministério Público e da advocacia. Lá estavam cinco homens reconhecidamente decentes, independentes e honestos tomando posse na nova administração do TJRS, eleitos pelos seus pares.

A decisão que chegou só depois do fato consumado, e que legitima uma visão de duvidoso teor, demonstra e explicita muito bem duas realidades. A primeira, quão longe pode chegar o rancor e o ódio contra as eleições nos tribunais.(...)” Leio a segunda. “A segunda realidade que se pode ver dessa decisão funesta é o estado de fraqueza política do Rio Grande dentro da fictícia federação

brasileira. Em que pese a propaganda, essa é uma realidade inafastável. Um ato dessa envergadura, essa autêntica invasão e subversão da autonomia estadual, noutros tempos, receberia de todos os poderes e da própria imprensa um repúdio veemente. Houve um tempo em que os homens públicos davam mais realce para a nossa terra. Acima das suas ambições pessoais estava o apreço pelo Rio Grande, mais ainda quando estivesse em jogo um princípio da democracia, que, uma vez violado, humilhasse e rebaixasse um poder”. Foi o que aconteceu, sem dúvida alguma, com a eleição, que não aconteceu no dia da liminar, aconteceu muitos dias antes, e poderia então ter havido a liminar. Aconteceu depois do fato consumado, depois da posse ter sido realizada. O Desembargador Túlio disse que a pior tarefa da sua vida foi entregar aquele ato que chegava com a decisão liminar do Ministro do Supremo Tribunal Federal. Portanto, Ver. Pedro Ruas, o nosso integral apoio à Moção de Solidariedade que Vossa Excelência apresenta. Saúde e PAZ.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Dr. Thiago Duarte está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 003/12.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, senhores e senhoras, este conjunto fático pode transformar uma questão eminentemente jurídica ou administrativa em uma portentosa discussão política, desgastando, sem dúvida nenhuma, como nós estamos vendo aqui, desnecessariamente, a totalidade dos entes envolvidos.

Volto a dizer: houvesse prudência superior, a medida liminar jamais poderia ter sido coletiva, mesmo porque, dos cinco magistrados eleitos, apenas um deles é supostamente mais moderno do que o proponente da ação reclusória. Logo, a decisão atacada somente poderia alcançar o menos antigo, tornando-se, assim, individualizada. Aliás, na administração em geral, é ancião o respeito ao princípio da responsabilidade individualizada enquanto método de distribuir justiça! Mas, por certo, tamanhas contingências fenestras põem a descoberto a polemização quanto à forma antidemocrática, discricionária e paternalista das escolhas dos Ministros dos Tribunais Superiores do Brasil, cuja sagração nem

sempre recai nos mais sábios, preparados e competentes operadores do Direito Nacional. As características angulares impostas aos aplicadores do Direito fundem-se com as exigências inerentes aos cientistas do Direito, aos juristas: idoneidade de ideias, serenidade, imparcialidade, temperança, prudência e, principalmente, humanidade, além das virtudes tradicionais das pessoas de bem, que não foram vistas nesse caso. Lembrando Tobias Barreto, não é possível continuar agindo como um cão estúpido que morde a pedra que nele bate, em vez de procurar a mão que a arremessou, a origem do problema, que é eleição antidemocrática à que nós nos referimos aqui.

Por tudo isso, Sr. Presidente, eu requeiro a V. Exa. que esta manifestação mereça registro nos Anais desta Casa e que todas essas manifestações dadas pelos Vereadores aqui se encaminhem, emprestando conforto, solidariedade e confiança aos cinco Magistrados largamente prejudicados pelos acontecimentos em alusão. Trata-se, Excelência, de confirmar os axiomas que o Ver. Pedro Ruas mencionou aqui, reitores que vicejam nesta Casa, a Casa do Povo, em termos de fraternidade, justicialidade e humanidade, enquanto esta nossa querência, o Rio Grande do Sul. Enfim, adverte o cancionero popular tupiniquim: “Gado a gente marca, fere, tange, engorda e mata”, mas, Ministro, com gente é diferente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Elói Guimarães está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 003/12.

O SR. ELÓI GUIMARÃES: Presidente, Ver. Haroldo de Souza; Srs. Vereadores e Vereadoras, o PTB quer subscrever esta Moção de Solidariedade ao Dr. Marcelo Bandeira Pereira e também aos demais integrantes da nova Direção do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Para dizer que não vou me ater aqui, Ver. Pedro Ruas, ao mérito da ação proposta, vou me ater rapidamente – precisaríamos de mais tempo – à liminar. O que é que buscava a liminar? A liminar buscava exatamente impedir que os integrantes eleitos assumissem - vejam bem. A questão do tempo é fundamental no processo, principalmente, em decisão judicial. A liminar

buscava impedir a posse. Nós estávamos lá, vários Vereadores, e a posse se deu dentro das formalidades e da liturgia do Judiciário, com magníficos discursos pronunciados pelo Dr. Léo Lima, cidadão de Porto Alegre - e aqui prestamos uma homenagem também à Justiça -, presente o Dr. Marcelo, falando da bela história do nosso Judiciário.

À tardinha, quando assumia – eu não estava presente – o Presidente da Ajuris, é que chega a notícia – vejam bem a gravidade da coisa! -, é que se tem conhecimento; no caso, o Presidente é cientificado, é notificado da liminar que, presumo, foi dada depois da posse, porque só vem a ciência ao Tribunal, etc., depois da posse. Depois da posse. Então vejam que medida truculenta, que situação constrangedora lançou o Ministro do Supremo, Fux, contra a Justiça gaúcha, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Um verdadeiro disparate. Eu até dizia hoje que o Dr. Marcelo, Ver. Dr. Thiago Duarte, deveria ter levantado a bandeira da legalidade no Judiciário; assumido, sim, como se fez em 1961 aqui na defesa da Legalidade. O Dr. Marcelo deveria ter assumido porque, efetivamente, a liminar perdeu o efeito, a liminar perdeu o objeto. E as relações que devem existir entre as instituições, principalmente entre as do Judiciário? Afinal, o que custaria, se fosse o caso, ao Sr. Ministro-Relator, ter ligado ao Tribunal antes da posse e ter dito: “Olha, há uma decisão aqui e está sendo expedida sua execução.”? Mas não! Simplesmente se joga o Judiciário gaúcho em uma situação extremamente constrangedora, inaceitável.

Por isso, eu quero cumprimentar V. Exa., Vereador, eu acho que é pertinente a atuação da Casa nesse processo que interessa, sim, à cidade de Porto Alegre, às suas instituições. Então, é um ato lamentável que o Supremo vai reformular, vai reformar, não tenho dúvidas, mas um ato lamentável do Ministro Fux que tem que ser, exatamente, condenado. Inacreditável! Agora, pena que o Dr. Marcelo não tenha dito “estou assumindo em nome da legalidade”, porque a liminar perdeu o objeto. A liminar veio depois, concedida na medida proposta. Então, um absurdo, um verdadeiro absurdo. Foi ilegal, foi um ato de força, foi um ato de força inaceitável. Ali tinha que se levantar no Judiciário a bandeira da legalidade. “Vou assumir porque a liminar perdeu o objeto.” Ela não tem objeto, ela vem depois. O conhecimento, a cientificação, a intimação, etc., e até o conhecimento vêm depois.

Portanto fica aqui a nossa manifestação de apoio, enfim, do Partido... Do Partido, sim: eu falo em nome do PTB de Porto Alegre, mas em nome da Bancada do nosso Partido, referentemente à moção de Vossa Excelência. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 003/12.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Ver. Haroldo de Souza; colegas Vereadores, vou tentar expressar aqui, Ver. Pedro Ruas, algumas preocupações dos meus colegas da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Primeiro, quero me somar a alguns questionamentos feitos pelo Ver. Sebastião Melo. A lerdeza da Justiça, Ver. Mauro Pinheiro, veio à tona. Talvez tenha sido também uma boa puxada de orelha no nosso próprio Judiciário, que muitas vezes, Ver. Pedro Ruas, também deixa importantes decisões empilhadas. Não todo o Judiciário, porque inclusive no edifício onde moro tem um Desembargador que eu vejo que trabalha muitas vezes fora do seu horário de trabalho, e muito, e, pelo que sei, na sua Promotoria, dá inúmeros e inúmeros despachos. Eu conheço outros Desembargadores e Juízes que fazem a mesma coisa. Mas, como tudo e todos no mundo, as coisas não são tão unânimes assim.

O que eu não posso concordar é que se faça desse episódio uma grenalização política: de um lado, o Rio Grande do Sul, com sua terrível síndrome do Mampituba, os perfeitos – Judiciário perfeito, Legislativo perfeito, Executivo uma Brastemp –, e o resto do Brasil, portanto, inclusive o Supremo Tribunal Federal, a começar com o ministro Luiz Fux, que não faria o dever de casa.

É verdade que houve atraso inaceitável, uma postura que não deveria ter acontecido, mas não acredito, Ver. João Antonio Dib - li a matéria do Miguel Wedy, que já trabalhou nesta Casa, foi Secretário da SMAM, um sujeito muito cordato -, não concordo que seja uma bofetada no Rio Grande do Sul. Com isso eu não concordo, porque o que o ministro Luiz Fux fez foi uma análise da legislação. Nós, sim, estamos mudando. Devemos mudar, porque nós, no

momento, Ver.^a Sofia, não tínhamos eleições para Diretor de Escola, e nós teimamos e conseguimos, inclusive, fazer lei municipal que garantisse eleições livres, efetivamente, livres para escolha de Diretor da Escola no Município e no Estado. Nós começamos com esse processo, nós concordamos com esse processo. Que bom que tenha havido esse debate, embate no Judiciário gaúcho para decidir qual seria o comandante do Judiciário do Rio Grande do Sul. O nosso profundo respeito pelo Desembargador Marcelo Bandeira Pereira. Nós o conhecemos, sabemos quem é e a sua história, Ver. Dr. Thiago Duarte. Nós conhecemos o Dr. Bandeira, conhecemos a sua tradição e nós vamos, evidentemente, apoiar a moção; somos favoráveis, pelo jogo que foi jogado; ele deve ser o comandante, o Presidente do Judiciário do Rio Grande do Sul, não tenho a mínima dúvida. Agora, não vamos tratar de fazer desse episódio uma disputa política, porque não é uma disputa política, é uma discussão da lei, da legislação, e aqui o Ver. Elói Guimarães, que é um Procurador do Município, sabe que foi feita uma análise em preliminar, foi uma liminar. Portanto, a decisão final ainda não está tomada. Espero que ela seja tomada rapidamente, porque causa uma situação constrangedora. O nosso querido Leo Lima se aposenta, o Vice é quem disputou a eleição com o Dr. Bandeira, e o Dr. Arno fez o que é legal da sua parte também. Não podemos condenar o Desembargador Arno Werlang por ter sugerido, por ter feito essa proposição; é do direito, as pessoas têm esse direito. Apresentou-se para nós, no Rio Grande do Sul, uma situação complexa, difícil, e que bom que tenha acontecido e que esse debate esteja ocorrendo, inclusive nesta Casa Legislativa. Mais uma vez eu me socorro do colega Sebastião Melo, que foi muito correto na sua intervenção aqui, na minha opinião, porque normalmente as mazelas da sociedade brasileira recaem sobre quem? Sobre o Legislativo. Aqui foi feito um alarde de que estes Vereadores ganhariam uma fortuna. Quero dizer para as senhoras e para os senhores que o salário de um Vereador de Porto Alegre, é bom que saibam, é o equivalente e talvez um pouco menos do que ganha - depende do Partido, do desconto partidário, no nosso caso é - um operador dessas máquinas modernas de estradas, é o que ganha um Vereador de Porto Alegre. Merece, também, é um trabalhador, mas para termos uma ideia de que muita coisa se fala contra o Legislativo que não é bem assim. Não estou

reclamando aqui; se eu quisesse reclamar, eu deixaria de ser Vereador, voltaria para os meus afazeres de professor, de livreiro, enfim, eu aprendi mais um monte de coisa que eu poderei fazer, tranquilamente, na iniciativa privada. Eu sou um Vereador, por exemplo, Ver. Lucio Barcelos - já compartilhei com V. Exa. muitas batalhas -, que não faz consultoria e, quando dou consultoria, não cobro, porque a gente tem um cargo aqui e é bom não misturar alhos com bugalhos, nós sabemos que isso normalmente dá um problemão.

Quero aqui dizer, finalmente, Ver. Pedro Ruas, que vamos acompanhar um voto da Moção. Esclarecemos algumas questões, acho que para o bem do debate político, e não vamos fazer disso uma grenalização política, nem uma disputa política com o Governo Central, porque o Ministro Luiz Fux foi indicado pelo atual Governo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Em votação o Requerimento nº 003/12, de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

(18h7min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver. Haroldo, fiz questão de vir a esta tribuna porque está na Pauta um Projeto de Lei que cria a Gratificação de Incentivo ao Desempenho – GID, no âmbito da Secretaria Municipal de Administração.

Todos os senhores e senhoras lembram da presença massiva, no final do ano, Ver. Dib, de funcionários públicos vinculados à SMA, bem como da construção

política que aqui se fez de uma pressão política, legítima, por parte dos funcionários, e do apoio do conjunto das Bancadas a essa Gratificação, principalmente porque ela está vinculada a um Comitê de Avaliação de Metas, que vai trabalhar com metas de produtividade e indicadores de redução de despesas gerais, de despesa de pessoal, da eficiência administrativa – estou lendo o que está no texto -, critérios esses a serem definidos através de Decreto, por regulamento.

Eu vejo que o Projeto tramita de maneira tradicional, correndo a Pauta. Gostaria de abrir o debate com o Líder do Governo para saber das intenções do Governo em cumprir com a prioridade que foi dada naquele final de ano, não exatamente por V. Exa., mas pelo conjunto das Bancadas, em reação à demanda dos funcionários.

O que me chamou a atenção, e acho muito bonito, é que esse valor da GID será calculado sobre o básico e é regressivo: quem ganha menos, ganha o valor maior; quem ganha mais, ganhará um valor um pouco menor, uma vez o básico, tratando-se de Nível Superior e até 1.20, o grupo do Ensino Médio e Ensino Fundamental. Então, o que vemos aqui é uma inversão da lógica hierárquica, uma valorização dos funcionários com menor salário, mas tudo vinculado à produtividade e à economicidade.

Comento ainda que eu compreendo a reivindicação dos funcionários da SMA. Não acho que a solução da valorização do funcionalismo seja por via gratificação. Está na hora de dar o grande passo e transformar tudo em incentivo, através de carreira. Eu compreendo os funcionários que, diante de uma série de gratificações de setores, construíram a sua alternativa e a estão trazendo para esta Casa.

O Sr. João Antonio Dib: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Nobre Ver.^a Sofia Cavedon, na realidade a minha Bancada não deu apoio à pretensão da Secretaria de Administração naquele dia. No entanto, como Líder do Governo, eu pedi que fosse feito um estudo em cima do Projeto, e esse estudo eu vou discutir com o Prefeito quando ele retornar de viagem. E parece que também é o desejo da Secretaria de Administração. Já tem um estudo muito bem feito, isso eu posso assegurar a Vossa Excelência.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Eu agradeço a informação. A tramitação, se será ou não em urgência, depende, então, da conversa de V. Exa. com o Prefeito, na volta - isso significa na semana que vem, apenas. Mas eu quero dizer que nós estamos atentos, estaremos perfilados com a demanda e com a luta dos funcionários públicos municipais, porque o meu entendimento é que essas conquistas dos funcionários já vão estabelecendo um outro padrão de valorização que pode ser incorporado na sequência, no Plano de Carreira. Acho que vale, estão aí os colegas da SMA. Temos pelo menos dois setores que temos que olhar com carinho junto com esse grupo: um é o DMAE. O DMAE, na sua luta pela essencialidade, há anos, fez um movimento no final do ano; há muitos funcionários de setores estratégicos que ganham bastante mal e que estão numa luta. Eu acho que essa equiparação, através desse olhar diferenciado, é importante. E chamo a atenção, aí não é a gratificação que nós queremos, do tema da carreira dos educadores das creches das Escolas Infantis do Município de Porto Alegre, os monitores. Cada turma de Educação Infantil de turno integral tem um professor, e o resto do tempo - a criança chega às 7h e vai sair às 19h - é suprido por uma pessoa cujo cargo é chamado monitor. Esse monitor atua direto com as crianças, ele planeja atividades em salas de aula, tem responsabilidade com a segurança, com a educação, com o desenvolvimento e tem buscado qualificação, inclusive tem feito Ensino Superior. E não há carreira, não há forma de valorizar esse educador que atua direto com os alunos nas nossas Escolas Infantis. Eu penso - e quero falar isso ao nosso SIMPA - que a carreira do monitor tinha que ser uma das prioridades a ser estabelecida nessa vontade, nessa determinação, nesse anúncio que a SMA fez, inclusive nesta Casa, de que vai fazer Plano de Carreira para os funcionários, e acho que tem que escolher uma ordem. E quero defender que o cargo de monitor seja valorizado através de carreira. Eles são hoje quase professores, ganham muito menos, trabalham muito mais e são fundamentais; a sua qualificação é fundamental para que as crianças pequenas sejam bem atendidas.

Eu quero chamar a atenção e parabenizar os servidores da Secretaria do Meio Ambiente. O Projeto está tramitando em Pauta; na semana que vem nós

trabalharemos com o Líder do Governo, a partir da sua reunião com o Prefeito, para tramitar com urgência, uma vez que todas as Bancadas se manifestaram favoráveis, e pelo caráter de economicidade e de valorização e incentivo ao funcionário que essa gratificação tem.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ADELI SELL: Ver. Haroldo, eu solicitei minha fala até porque tem um Projeto de Lei de minha autoria que obriga, em licitações municipais, a apresentação de atestado de autenticidade da marca do produto licitado. Explico: nas licitações você não pode exigir uma marca, depois que você faz a licitação você tem que comprovar o produto, comprovar que aquela marca é de sua inteira competência, vendê-la ao ente público. Nós, infelizmente, verificamos que a gente compra muito produto falsificado, que não tem absolutamente nada a ver com produtos legais. Ontem, inclusive, num *shopping center*, eu verifiquei que há bolsas Louis Vuitton sendo vendidas por R\$ 300,00. Bom, como diz o pessoal: me engana que eu gosto. Porque uma bolsa Louis Vuitton custa nada menos do que cinco, seis, sete, oito mil reais. Então, uma bolsa de R\$ 300,00, com a marca Louis Vuitton, não é uma bolsa autêntica, é falsificada; ela entrou em Porto Alegre pelo porto de Montevideu, contrabandeada, e não vão lhe dar nota fiscal. Por isso eu insisto com essa questão da marca. Eu farei um conjunto de projetos que são de competência do Vereador, mas vou sugerir à Bancada dos Deputados Estaduais para que façam alguns projetos que ajudem no combate à pirataria, à contrafação e, fundamentalmente, à sonegação. Hoje o Governo do Estado pagaria, Ver. Lucio Barcelos, o piso nacional; pagaria sem nenhum problema se todo o mundo desse nota fiscal; se nós, cidadãos que reclamamos das coisas, pedíssemos nota fiscal. Por exemplo, eu acho o CPERS uma entidade pouco combativa. Eu, Ver. Lucio, quando disputei uma oposição, em 1978, no CPERS, nós éramos muito mais combativos, acho que nós tínhamos um pouquinho mais de capacidade de organização sindical nas décadas de 1970 e

1980. Por sinal, aprendi muitas coisas com V. Exa., diga-se de passagem. Nós tínhamos reivindicações e mostrávamos que tinham viabilidade. Se o CPERS exigisse do Governo o que está exigindo, e cada professor se comprometesse, por exemplo, a chamar um pai de aluno, a chamar os alunos para fazer uma campanha “paguei, quero nota”, nós pagaríamos o piso. Vossas Excelências sabem quanto por cento, Ver. Bosco, existe de cigarro que não paga impostos no Rio Grande do Sul? Vinte e cinco por cento, façam as contas! Pois eu achei, esse final de semana, fora de Porto Alegre, uma tubaína... Sabem o que é tubaína? São esses refrigerantes “marca diabo”. Achei uma tubaína, Ver. Haroldo, que não tinha declaração da empresa fabricante, não tinha Município de origem, não tinha CNPJ! O que vocês querem? Paga imposto um negócio desses? É claro que não! Agora, eu convido V. Exas. – eu sou meio contra esses refrigerantes multinacionais, sou meio preconceituoso – a irem até a Coca-Cola, ou a Pepsi-Cola, em Sapucaia, ou irem até a Fruki, que é nacional, do Rio Grande do Sul: pagam, rigorosamente, imposto; têm uma rotativa e têm um número que está na tampa, pagam imposto sobre o que é produzido. Essas três grandes, eu tenho certeza, não têm como fugir disso, Ver. Bosco. Agora, essa tal de tubaína que eu encontrei, além de ser um negócio muito vagabundo – o Ver. Lucio é médico, sabe disso, aquilo é um negócio que faz mal para a saúde –, não paga imposto! Não tem como pagar professor, não tem como pagar brigadiano, não tem como pagar o pessoal da Polícia Civil se não tiver isso que eu estou propondo. Chega de maracutaia, de vender gato por lebre, de vender um produto... A Câmara mesmo, alguns anos atrás, comprou uma caneta que era falsificada. Era uma caneta de quinta categoria, não se conseguia escrever com ela. Todos devolviam para o almoxarifado, ninguém queria, e isso aí deve ter ido para o lixo, porque ninguém usou. Ou seja, foi dinheiro público colocado fora. Nós temos que saber que o sujeito vai apresentar uma caneta com determinada especificação, que tem tal marca. Na licitação, eu não posso pedir a marca, mas o cara que te vende pode dizer “eu vou comprar a caneta tal”, não é? E tem que comprovar! É o mínimo que se pede! Hoje eu dei o exemplo dessa bolsa Louis Vuitton que eu vi ontem num *shopping center* de Porto Alegre por 300 pilas. Não, não dá, não é? Então, este é o Estado onde mais se sonega imposto no Brasil, esta é uma cidade onde

tem maracutaia, e é por isso que a gente vive preocupado com o salário do professor. Eu, por exemplo, defendo o piso nacional dos professores! É lei, tem que pagar, nós temos que achar os meios. Combatendo a sonegação como eu estou propondo aqui, com a exigência das licitações, nós pagaremos o piso nacional para o magistério! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Agradeço ao Ver. Adeli Sell, do PT. Não há mais inscrições. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h21min.)